



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 17/03/2021 a 18/03/2021



Índice**Blog do BG | RN**

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio critica mudança de postura de Governo e Prefeitura de Natal e diz que empresários só foram comunicados das medidas, sem diálogo

Notícias - 17/03/2021

6

Papo Cultura | RN

SESC RN

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc Natal

Notícias - 17/03/2021

7

Hilneth Correia | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio RN passa a emitir declaração de exclusividade

Notícias - 17/03/2021

8

Potiguar Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba

Notícias - 17/03/2021

9

Tribuna do Norte | RN**Com 2.247 vagas abertas, RN tem melhor janeiro em 10 anos**

Notícias - 17/03/2021

10

Tribuna do Norte | RN**Pequenos negócios abriram 3.380 vagas formais em janeiro deste ano**

Notícias - 17/03/2021

11

Tribuna do Norte | RN**Ficar em casa é bonito para quem tem seu salário garantido, diz presidente da CDL**

Notícias - 17/03/2021

12

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Estado e Prefeitura do Natal assinam decreto mais rígido

Notícias - 18/03/2021

13

Tribuna do Norte | RN**Quem vai pagar a conta do lockdown?**

Notícias - 18/03/2021

16

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

Galeria Sesc abre inscrições para projetos

Notícias - 18/03/2021

17

Estadão | DF**BC inicia novo ciclo de alta de juros e surpreende ao elevar taxa para 2,75%**

Notícias - 18/03/2021

19

Estadão DF Caixa Seguridade se reúne com investidores para IPO Notícias - 18/03/2021	20
Estadão DF Especialistas pedem cautela a investidor Notícias - 18/03/2021	21
Estadão DF 'Problema da economia não é a taxa de juros, é a falta de vacinas' Notícias - 18/03/2021	22
Estadão DF Bolsonaro entre Guedes e Michelle Notícias - 18/03/2021	23
Estadão DF Novo marco do gás pode destravar RS 380 bi em investimentos no País Notícias - 18/03/2021	24
Estadão DF Executivos veem lucro em agenda sustentável Notícias - 18/03/2021	25
Folha de São Paulo DF BC surpreende, eleva juro em 0,75 ponto e sugere que vai repetir a dose em maio Notícias - 18/03/2021	26
Folha de São Paulo DF Renda fixa paga mais com alta da Selic, mas analistas recomendam diversificar Notícias - 18/03/2021	27
Folha de São Paulo DF Congresso aprova projeto que libera gastos que estavam sob risco Notícias - 18/03/2021	28
Folha de São Paulo DF Estimulado por Bolsonaro, Congresso derruba veto e perdoa dívida de igrejas Notícias - 18/03/2021	29
Folha de São Paulo SP Para 56%, Bolsonaro é incapaz de liderar o país, diz pesquisa do Datafolha Notícias - 18/03/2021	30
O Globo DF Ministério da Economia eleva a 4,4% projeção do IPCA para este ano Notícias - 18/03/2021	32
O Globo DF Eletrônicos terão tarifa de importação 10% menor Notícias - 18/03/2021	33



O Globo | DF

Bolsonaro prorroga regra para cancelamento de eventos

Notícias - 18/03/2021

34

RELATÓRIO

É destaque no clipping de hoje que o Governo do RN, juntamente com a Prefeitura do Natal, assinou decreto que estabelece medidas mais rígidas para a contenção da pandemia de covid-19 no estado. Em mais um dia de recordes negativos, com 142 pacientes à espera de um leito crítico e 1.066 internados para tratamento da doença, as medidas foram anunciadas ontem (17) e entrarão em vigor no próximo sábado (20), se estendendo até o dia 2 de abril. Entre as novas medidas adotadas estão o fechamento das atividades não essenciais e a suspensão das aulas presenciais em todas as modalidades de ensino. O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, emitiu nota onde critica as notícias em torno da decisão, apontando que a medida impõe um grande sacrifício ao setor produtivo. O presidente da Federação ainda destaca que será montado um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços do estado, tomando como exemplo o que tem ocorrido em estados como Ceará e Alagoas. Confira detalhes em matéria do jornal Tribuna do Norte, na página ___ do clipping.

O jornal Estadão traz que o Banco Central elevou a taxa de juros da economia para tentar conter a ameaça da inflação. O tamanho do ajuste surpreendeu. Com alta persistente de preços, o Comitê de Política Monetária (Copom) não só elevou a Selic (taxa básica de juros) em 0,75 ponto porcentual, para 2,75% ao ano, mas também indicou uma nova rodada de aperto para o mês de maio. Desde agosto do ano passado, a Selic estava estacionada em 2%, no menor nível da série histórica. O Estadão explica que, na prática, quanto menores são os juros básicos da economia, mais barato fica o crédito para empresas e famílias. Por isso, o relaxamento na política do Banco Central abriu caminho ao crescimento dos financiamentos no auge da crise e ajudou a segurar as quedas na atividade e no emprego. Saiba mais na página 19 do clipping.

O Ministério da Economia elevou a projeção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a 4,4% para este ano, como noticia o jornal O Globo, na página 32 do clipping. Já em relação ao PIB, apesar das incertezas com a pandemia, o governo manteve em 3,2% a expectativa de crescimento para este ano.

É notícia no jornal Folha de São Paulo que o Congresso derrubou nesta quarta-feira (17) os vetos presidenciais aos dispositivos que perdoam a dívida de igrejas, que soma mais de R\$ 1 bilhão em pendências com a União. O perdão teve influência direta do presidente Bolsonaro, mas é amplamente criticado pela equipe econômica, que se preocupa com o impacto fiscal da medida. Saiba mais na página 29 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Blog do BG – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 17/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: Fecomércio critica mudança de postura de Governo e Prefeitura de Natal e diz que empresários só foram comunicados das medidas, sem diálogo **Impacto:** Neutro

Link: <https://www.blogdobg.com.br/fecomercio-critica-mudanca-de-postura-de-governo-e-prefeitura-de-natal-e-diz-que-empresarios-so-foram-comunicados-das-medidas-sem-dialogo>

17/03/2021 às 20:10 em **ECONOMIA, POLÍTICA, SAÚDE**

Fecomércio critica mudança de postura de Governo e Prefeitura de Natal e diz que empresários só foram comunicados das medidas, sem diálogo

A Fecomércio se manifestou sobre as novas medidas anunciadas pelo Governo do Estado sobre o decreto que deverá ser publicado até amanhã (18). Foram feitas críticas à mudança de postura do Governo do Estado e da Prefeitura de Natal. Também houve queixa sobre a falta de diálogo. Veja abaixo a íntegra:

Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício ao setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN.

E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita.

E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando.

Também nos causou estranheza o fato de que vínhamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Nelas, o que nos vinha sendo dito era que “o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado”.

No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal. Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar. Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas.

Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo o esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perdurem pelo menor tempo possível”.

Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN

Veículo: Papo Cultura – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 17/03/21 – **Cidade/UF:** RN
Título: Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc Natal **Impacto:** Positivo
Link: <http://papocultura.com.br/inscricoes-abertas-para-exposicoes-na-galeria-sesc-natal>



Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc Natal

17 de março de 2021 • Artes Visuais • exposições, galeria sesc, SESC Cidade Alta • Image

Estão abertas inscrições para exposições na Galeria **Sesc**, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal.

As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis [AQUI](#).

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto).

As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho.

Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

Exposição

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visita virtual que ficará disponível no Youtube do **Sesc RN**.

Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

A galeria do Sesc Cidade Alta, criada em 2015, já selecionou e expôs mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática.

Serviço:

O que? Inscrições abertas para exposições na Galeria **Sesc RN 2021**

Quando? Até o dia 5 de abril

Como se inscrever? Enviar proposta e formulário preenchido para galeria@rn.sesc.com.br

Edital e formulário de inscrição: disponíveis no site www.sescrn.com.br

Veículo: Hilneth Correia – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/03/21

Título: Fecomércio RN passa a emitir declaração de exclusividade **Impacto:** Positivo


Link: <http://hilnethcorreia.com.br/2021/03/17/fecomercio-rn-passa-a-emitir-declaracao-de-exclusividade>

FECOMÉRCIO RN PASSA A EMITIR DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

By: Hilneth Correia
Posted on 17 de março de 2021



f
t
p
e
o


A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN agora é entidade emissora de Declaração de Exclusividade, documento que serve para comprovar que determinado produto ou serviço não possui concorrente. Poderão solicitar a declaração as empresas do comércio de Bens, Serviços e Turismo, ramos de atividade que se enquadram nas categorias econômicas representadas pela Fecomércio.

A Declaração de Exclusividade é usada em processos de inexigibilidade de licitação, especialmente quando houver inviabilidade de competição, por empresas fornecedoras de materiais, equipamentos ou gêneros, na condição de produtor, empresa ou representante comercial exclusivo. Após emitido, o atestado terá validade máxima de 180 dias.



Poderá ser requerida por meio de documento formal da empresa solicitante, em papel timbrado, e assinado por representante legal. Também devem ser anexadas uma série de documentos da empresa e do seu representante, como declaração de que a empresa requerente é exclusiva para fornecer materiais, equipamentos ou gêneros de produtor, informações completas do produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, como razão social, endereço completo, cidade, estado, inscrição no CNPJ e inscrição estadual ou municipal, entre outros.

O certificado deve ser solicitado mediante protocolo e agendamento pelo telefone (84) 3026-9400, na Secretaria da Fecomércio RN, que fica na Avenida Alexandrino de Alencar, 562, Alecetim, em Natal/RN, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Ou ainda por e-mail (secretaria@fecomerciorn.com.br).

Todas as informações a respeito da Declaração de Exclusividade emitida pela Fecomércio RN, como a lista de documentos necessários e as instruções de como solicitar podem ser obtidas no link fecomerciorn.com.br/declaracao-de-exclusividade

Veículo: Potiguar Notícias – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/03/21 – **Cidade/UF:** RN
Título: Fecomércio e Sebrae levam “SOS Protocolos” ao comércio de Macaíba **Impacto:** Positivo
Link: <https://potiguarnoticias.com.br/noticias/48010/fecomercio-e-sebrae-levam-sos-protocolos-ao-comercio-de-macaiba>

Fecomércio e Sebrae levam “SOS Protocolos” ao comércio de Macaíba

17/03/2021



O programa “SOS Protocolos” chegou, na terça, 16, à cidade de Macaíba, na região Metropolitana de Natal. Consultores treinados pelo Sebrae RN estão visitando as lojas do comércio macaibense, orientando sobre os cuidados necessários para evitar a proliferação do Coronavírus.

Na ação, capitaneada pela Fecomércio RN, Sebrae, Sindicato do Comércio Varejista de Macaíba (Sindcomércio) e CDL Macaíba, estão sendo distribuídas máscaras de pano e descartáveis, álcool gel e cartazes com orientações estão sendo fixados nos estabelecimentos.

“A orientação para a população e para os comerciantes é contínua. Desde o ano passado, com a reabertura das lojas estamos informando e orientando os consumidores, lojistas, e agora estando dando mais ênfase para que a economia macaibense não pare, sendo tudo feito com a máxima segurança”, afirmou o presidente do Sindcomércio local, Luiz Lacerda, durante o momento de lançamento oficial da iniciativa, na tarde da segunda, 15.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2
Título: Com 2.247 vagas abertas, RN tem melhor janeiro em 10 anos **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-2-247-vagas-abertas-rn-tem-melhor-janeiro-em-10-anos/505400>

Com 2.247 vagas abertas, RN tem melhor janeiro em 10 anos

Margareth Grilo
Editora Executiva

Após um saldo líquido de 1.344 vagas em 2020 (dado revisado nesta terça-feira), o mercado de trabalho formal no Rio Grande do Norte iniciou 2021 com saldo positivo recorde de 2.247 novos postos formais em janeiro. O saldo positivo é o melhor dos últimos dez anos. Na série de 2012 a 2021, o maior e único saldo líquido positivo tinha sido registrado em 2014, quando 1.224 postos de trabalho foram abertos. No restante do período, houve fechamento de postos de trabalho, com pico em 2013 (-2.428). Em janeiro do ano passado, momento pré-pandemia, 1.000 vagas foram fechadas. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados pelo Ministério da Economia nesta terça-feira (16).



Créditos: Marcelo Casa/Agência Brasil

O resultado de janeiro decorreu de 14.261 admissões e 12.014 desligamentos. O estoque de contratos via CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) em 434.488 no mês de janeiro deste ano. Segundo a análise Mapa do Emprego no Rio Grande do Norte feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado (Sebrae/RN), o Estado foi o terceiro do Nordeste com melhor saldo líquido positivo. Ficou atrás do Ceará (+7.872) e Bahia (+15.049). No Brasil, foi o 13º com melhor resultado.

A alta de janeiro, no Rio Grande do Norte, foi puxada pelo desempenho dos setores de Serviços e Construção Civil puxaram a alta de janeiro deste ano, com a geração de 1.590 e 1.026 vagas, respectivamente. No comércio o saldo foi de 524 vagas e na indústria de 63. Já o setor Agropecuária, fechou 956 postos, maioria deles no cultivo do melão (-522) e na Pecuária e Aquicultura (23), segundo a análise Mapa do Emprego.

O Mapa do Emprego mostra ainda que, no setor Serviços, que liderou o saldo positivo em janeiro, com 6.016 contratações e 4.426 demissões, os destaques foram para as atividades de take-away e restaurantes e similares, que registraram maior geração de empregos, respectivamente, 447 e 303. Na indústria, a maioria das vagas abertas (45) foi no segmento da extração de minerais não metálicos; no comércio, o maior saldo foi no comércio varejista de produtos farmacêuticos (142); na construção civil, 73,8% dos postos (758) foram abertos na área de construção de edifícios. O setor contratou 2.259 trabalhadores e demitiu 1.233.

Créditos: Sebrae-RN



Análise Mapa do Emprego, elaborado pelo Sebrae-RN, mostra desempenho na geração de empregos no primeiro mês de 2021

Créditos: Sebrae-RN



Análise Mapa do Emprego, elaborado pelo Sebrae-RN, mostra que janeiro de 2021 foi o melhor na geração de empregos em dez anos

Créditos: Sebrae-RN



Análise Mapa do Emprego, elaborado pelo Sebrae-RN, mostra liderança do setor de Serviços na geração de empregos

Segundo a análise, os cinco municípios com maior geração de vagas foram: Natal (1.347); Pamamirim (646); Extremoz (266) e Caicó (101). O mesmo levantamento aponta os cinco municípios com menor saldo negativo: Baía Formosa (-616); Arés (-353); Mossoró (-141); Macaíba (-138) e Apodi (-136).

Créditos: Sebrae-RN



Análise Mapa do Emprego, elaborado pelo Sebrae-RN, mostra os melhores e piores resultados no RN

Os dados do Caged também mostram saldo positivo recorde no Brasil, de 260.353 carteiras assinadas em janeiro, resultado de 1,527 milhão de admissões e 1,266 milhão de demissões. No País, esse foi o melhor resultado para o mês em 30 anos, já que a série histórica do Caged se inicia em 1992. Em janeiro de 2020, houve a abertura de 117.793 vagas.

No primeiro mês do ano, 24 Unidades da Federação registraram resultado positivo e apenas três tiveram saldo negativo. O melhor resultado foi registrado em São Paulo com a abertura de 75.203 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi de Alagoas, que ainda assim registrou o fechamento de apenas 198 vagas em janeiro. O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada passou de R\$ 1.740,08, em dezembro, para R\$ 1.760,14 em janeiro.

A abertura líquida de 260.353 vagas de trabalho com carteira assinada em janeiro foi puxada pelos saldos da indústria geral no mês, com a criação de 90.431 postos formais, seguida pelos serviços, que recuperaram 83.686 vagas. Já a construção civil abriu 43.498 vagas, enquanto houve saldo de 32.986 contratações na agropecuária e, no comércio, de 9.848 vagas.

Saldo positivo indica retomada, afirma Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que o resultado recorde do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de janeiro, com criação líquida de 260.353 vagas formais, indica a retomada da economia brasileira. Ele repetiu a diferença para outras recessões, em que houve destruição de empregos com carteira assinada. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 4,1%, mas houve saldo positivo no Caged (112.340 vagas). Guedes apareceu de surpresa no meio da coletiva sobre os dados de janeiro.

O ministro destacou o papel do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, conhecido como Bem, na preservação de vagas formais e da concessão do auxílio emergencial para proteger os "investíveis". "O Bem foi uma política muito bem formulada, que preservou 11 milhões de empregos, com mais de 20 milhões de contratos", disse ele.

"O Caged tem mostrado superação muito boa do mercado de trabalho. O Brasil está gerando empregos e evitando demissões, a economia continua viva e pulsando", avaliou o secretário. "Tivemos mais um Caged histórico em janeiro, o que ratifica nossas expectativas positivas. O resultado mostra o potencial do mercado de trabalho e o acerto de medidas do governo que adotamos no passado, no presente e continuaremos adotando no futuro para a proteção do emprego dos brasileiros", completou o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Pequenos negócios abriram 3.380 vagas formais em janeiro deste ano **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pequenos-negocios-abriram-3-380-vagas-formais-em-janeiro-deste-ano/505410>

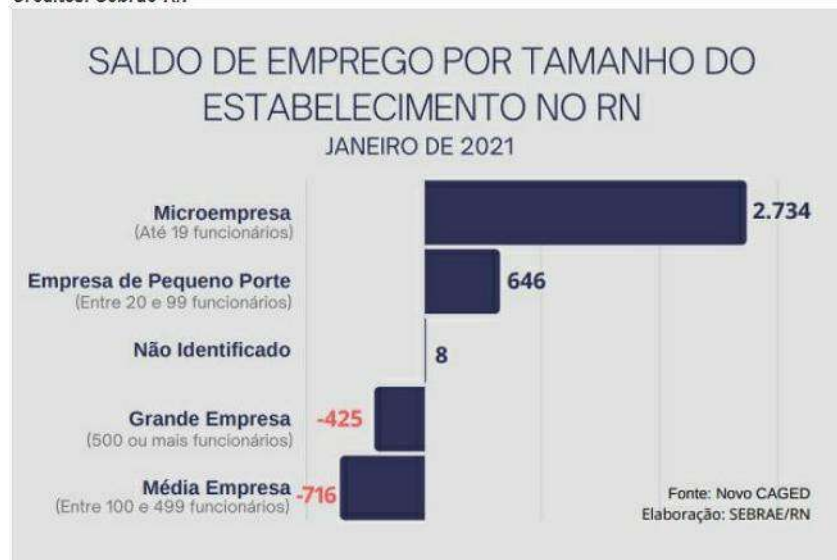
Pequenos negócios abriram 3.380 vagas formais em janeiro deste ano

Publicação: 2021-03-17 09:34:00

A análise Mapa do Emprego no Rio Grande do Norte feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado (Sebrae/RN), divulgada nesta terça-feira (17), mostra que os pequenos negócios lideram o saldo líquido positivo, com mais de 3.300 novas vagas formais criadas.

O levantamento mostra que, em janeiro de 2021, as microempresas (até 19 funcionários) foram responsáveis pela criação de 2.734 postos de trabalho e as empresas de pequeno porte (de 20 a 99 funcionários), 646. Em 2020, as empresas desse porte tinham gerado 11.084 novos empregos com carteira assinada (resultado sem ajuste).

Créditos: Sebrae-RN



Mapa do Emprego, elaborado pelo Sebrae-RN, mostra liderança das microempresas na geração de empregos em janeiro de 2021

Plataforma de Ecommerce

Criar sua loja online é simples, monte seu negócio e venda como um profissional.

Nuvemshop

[Abrir](#)

saiba mais

- Com 2.247 vagas abertas, RN tem melhor janeiro em 10 anos

Segundo o levantamento Mapa do Emprego, as grandes empresas (500 ou mais empregados) e as médias empresas (entre 100 e 499 empregados) foram as que mais fecharam postos de trabalho, no primeiro mês do ano, 425 e 716, respectivamente, o que reduz o saldo positivo para 2.247.

De acordo com a série histórica para os meses de janeiro de 2012 a 2021, as microempresas lideram a geração de novas vagas ao longo de todo o período, com picos registrados em janeiro de 2020 (+1.474); 2014 (+1.599); 2015 (+967); 2018 (+846); 2012 (+821) e 2013 (806).

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Ficar em casa é bonito para quem tem seu salário garantido, diz presidente da CDL **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ficar-em-casa-a-bonito-para-quem-tem-seu-salario-garantido-diz-presidente-da-cdl/505411>

Ficar em casa é bonito para quem tem seu salário garantido, diz presidente da CDL

Publicação: 2021-03-17 09:45:00

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Natal, José Lucena, defende que o Governo do Estado e a Prefeitura do Natal não apertem ainda mais as restrições ao comércio com vistas ao enfrentamento à pandemia no Rio Grande do Norte. Na manhã desta quarta-feira (17), momentos antes de participar de reunião com o Poder Público sobre a elaboração de novo decreto, Lucena disse que o apelo da classe empresarial é que a nova regra seja, no máximo, igual a que já está em vigor.

Créditos: Magnus Nascimento



Presidente da CDL, José Lucena

saiba mais

- Natal segue apenas com aplicação da segunda dose da vacina nesta quarta, veja locais
- Prefeitos alertam para risco de falta de oxigênio no Rio Grande do Norte
- Estado prepara novo decreto para conter avanço da Covid

Em entrevista ao Jornal da Manhã, da Jovem Pan News Natal, José Lucena fez uma comparação do momento dos empresários à situação de pacientes acometidos pela covid-19 em Manaus, que tiveram problemas com a falta de oxigênio. "A gente quer que o governo se sensibilize o máximo possível. Nós empresários estamos passando pelo que Manaus passou há um mês: está faltando oxigênio para muita gente. A situação está muito difícil", disse.

Relatando que os empresários do setor de comércio têm tomado os cuidados necessários e seguido os protocolos sanitários, José Lucena disse que não acredita que o setor tenha responsabilidade com o aumento no número de casos da covid no estado. Para ele, a principal responsável é a própria população, que não tem relaxado nos cuidados e esteve em diversas aglomerações entre o fim de 2020 e início de 2021.

"Já se passou um ano (desde o início da pandemia) e estamos com os mesmos problemas. Estamos vendo o empenho do Poder Público, mas a população de uma maneira geral não está colaborando com isso. As empresas estão fazendo os protocolos e estão sendo unidas", avaliou Lucena.

Sobre a possibilidade de um novo decreto endurecendo ainda mais as medidas de distanciamento social e restrições às atividades comerciais, o representante da CDL disse que é preciso sensibilidade por parte do Poder Público no sentido de fornecer auxílio para a manutenção dos empregos e, além disso, garantir a possibilidade dos empresários de manterem os serviços em funcionamento.

"O que queremos é que, pelo menos, mantenham o decreto anterior. Se for mexer com mais alguma coisa, o que não pensamos de jeito nenhum, vai ser praticamente impossível trabalhar hoje. Se mexer muito pesado, vão, infelizmente, acontecer mais demissões do que vêm acontecendo. Muita empresa não terá caixa para continuar andando. Vai aumentar o desemprego em nossa cidade. Ninguém aguenta retroceder", disse o empresário, que criticou as pessoas que defendem o lockdown, mas não correm o risco de perder renda.

"Ficar em casa é bonito para quem tem seu salário garantido, mas para o empresário, que tem que todo dia estar em seu comércio, abrindo suas portas, tendo o apurado para pagar seus compromissos, é muito difícil", disse.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/3
Título: Estado e Prefeitura do Natal assinam decreto mais rígido **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/estado-e-prefeitura-do-natal-assinam-decreto-mais-ra-gido/505489>

Estado e Prefeitura do Natal assinam decreto mais rígido

Publicação: 2021-03-18 09:00:00

Everton Dantas

Diretor de Redação

Ricardo Araújo

Editor

Em mais um dia de recordes negativos, com 142 pacientes à espera de um leito crítico e 1.066 internados para tratamento da covid em hospitais públicos e privados no Rio Grande do Norte, o Governo do Estado anunciou nessa quarta-feira (17) medidas mais severas para tentar conter o avanço da pandemia. As novas regras serão adotadas em comum acordo com a Prefeitura do Natal, conforme disposto no Decreto Nº 30.419, assinado pela governadora Fátima Bezerra e pelo prefeito de Natal, Álvaro Dias, previsto para ser publicado nesta quinta-feira (18), nos Diários Oficiais dos respectivos entes.

Créditos: Alex Regis



Nessa quarta-feira (17), os camelôs do Alecrim fecharam as portas como homenagem ao presidente da associação da categoria, que morreu por covid-19. A partir do sábado (20), local ficará fechado

As novas medidas entrarão em vigor no próximo sábado (20) e se estenderão até o dia 2 de abril, sexta-feira da Paixão de Cristo, início de um feriadão. O fim da validade das medidas mais rígidas e temporárias de distanciamento social num feriadão deverá levar o Governo do Rio Grande do Norte a reeditá-lo, postergando, possivelmente, sua validade até o domingo, 4 de abril. Nesse período, somente os serviços considerados essenciais poderão funcionar.

Entre as considerações que levaram o Governo do Estado e a Prefeitura do Natal a se unirem no combate à pandemia, estão: taxa de ocupação de leitos críticos acima de 90%, confirmação da introdução de novas variantes do SARS-CoV-2 no Rio Grande do Norte, baixa proporção da população vacinada, aumento dos indicadores de óbitos e casos ativos da doença, iminente colapso das redes pública e privada de saúde, entre outros. O uso de máscara permanece obrigatório em qualquer circunstância de locomoção de pessoas, com exceção de crianças até três anos de idade, pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica.

O decreto suspende as atividades coletivas de natureza religiosa, restringindo o acesso aos templos para orações individuais com o devido cumprimento das normas sanitárias. As aulas presenciais nas redes pública e privada de ensino também estão proibidas durante a vigência do decreto, que autoriza a realização de atividades online quando possível.

As forças de Segurança Pública do Estado estão à disposição das Prefeituras Municipais para cumprimento das novas regras.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/3
Título: Estado e Prefeitura do Natal assinam decreto mais rígido
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/estado-e-prefeitura-do-natal-assinam-decreto-mais-ra-gido/505489>

Serviços essenciais

Veja o que contempla o Decreto Nº 30.419 como serviço essencial e que pode funcionar entre 20 de março e 2 de abril.

- I – serviços públicos essenciais;
- II – serviços relacionados à saúde, incluídos os serviços médicos, hospitalares, atividades de podologia, entre outros;
- III – atividades de segurança privada;
- IV – supermercados, mercados, padarias, feiras livres e demais estabelecimentos voltados ao abastecimento alimentar, vedada a consumação no local;
- V – farmácias, drogarias e similares, bem como lojas de artigos médicos e ortopédicos;
- VI – serviços funerários;
- VII – petshops, hospitais e clínicas veterinária;
- VIII – serviços de imprensa e veiculação de informação jornalística;
- IX – atividades de representação judicial e extrajudicial, bem como assessoria e consultoria jurídicas e contábeis;
- X – correios, serviços de entregas e transportadoras;
- XI – oficinas, serviços de locação e lojas de autopeças referentes a veículos automotores e máquinas, eletrônicos;
- XII – oficinas, serviços de locação e lojas de suprimentos agrícolas;
- XIII – oficinas e serviços de manutenção de bens pessoais e domésticos, incluindo
- XIV – serviços de locação de máquinas, equipamentos e bens eletrônicos e eletrodomésticos;
- XV – lojas de material de construção, bem como serviços de locação de máquinas e equipamentos para construção;
- XVI – postos de combustíveis e distribuição de gás;
- XVII – hotéis, flats, pousadas e acomodações similares;
- XVIII – atividades de agências de emprego e de trabalho temporário;
- XIX – lavanderias;
- XX – atividades financeiras e de seguros;
- XXI – imobiliárias com serviços de vendas e/ou locação de imóveis;
- XXII – atividades de construção civil;
- XXIII – serviços de telecomunicações e de internet, tecnologia da informação e de processamento de dados;
- XXIV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
- XXV – atividades industriais;
- XXVI – serviços de manutenção em prédios comerciais, residenciais ou industriais, incluindo elevadores, refrigeração e demais equipamentos;
- XXVII – serviços de transporte de passageiros;
- XXVIII – serviços de suporte portuário, aeroportuário e rodoviário;
- XXIX – cadeia de abastecimento e logística

Repercussão

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, emitiu nota criticando as notícias em torno da decisão do Governo do Estado e da Prefeitura do Natal.

"Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício ao setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN. E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita. E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando. Também nos causou estranheza o fato de que vínhamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Nelas, o que nos vinha sendo dito era que "o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estava descartado". No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal. Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar.

Iremos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços deste estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas. Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo o esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perdurem pelo menor tempo possível", frisa Marcelo Queiroz.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 3/3
Título: Estado e Prefeitura do Natal assinam decreto mais rígido
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/estado-e-prefeitura-do-natal-assinam-decreto-mais-rigido/505489>

Editor: Ricardo Araújo (ricardoaraujo@tribunadonorte.com.br)

Natal • Rio Grande do Norte • Quinta-feira, 18 de março de 2021

ALEX REGIS



Nessa quarta-feira (17), os camelôs do Alecrim fecharam as portas como homenagem ao presidente da associação da categoria, que morreu por covid-19. A partir do sábado (20), local ficará fechado

Estado e Prefeitura do Natal assinam decreto mais rígido

« PANDEMIA » Comércio e serviços não essenciais ficarão fechados em Natal e demais cidades do RN como medida de mitigação da pandemia de covid-19

EVERTON DANTAS
Diretor da Redação
RICARDO ARAÚJO
Editor

Em mais um dia de recordes negativos, com 142 pacientes à espera de um leito crítico e 1.066 internados para tratamento da covid em hospitais públicos e privados no Rio Grande do Norte, o Governo do Estado anunciou nessa quarta-feira (17) medidas mais severas para tentar conter o avanço da pandemia. As novas regras serão adotadas em comum acordo com a Prefeitura do Natal, conforme disposto no Decreto Nº 30.419, assinado pela governadora Fátima Bezerra e pelo prefeito de Natal, Álvaro Dias, previsto para ser publicado nesta quinta-feira (18), nos Diários Oficiais dos respectivos entes.

As novas medidas entrarão em vigor no próximo sábado (20) e se estenderão até o dia 2 de

abril, sexta-feira da Páscoa de Cristo, início de um feriadão. O fim da validade das medidas mais rígidas e temporárias de distanciamento social num feriadão deverá levar o Governo do Rio Grande do Norte a reatualizar, postergando, possivelmente, sua validade até o domingo, 4 de abril. Nesse período, somente os serviços considerados essenciais poderão funcionar.

Entre as considerações que levaram o Governo do Estado e a Prefeitura do Natal a se unirem no combate à pandemia, estão: taxa de ocupação de leitos críticos acima de 90%, confirmação de introdução de novas variantes do SARS-CoV-2 no Rio Grande do Norte, baixa proporção da população vacinada, aumento dos indicadores de óbitos e casos ativos da doença, iminente colapso das redes pública e privada de saúde, entre outros. O uso de máscara permanece obrigatório em qualquer circunstân-

cia de locomoção de pessoas, com exceção de crianças até três anos de idade, pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica.

O decreto suspende a as atividades coletivas de natureza religiosa, restringindo o acesso aos templos para orações individuais com o devido cumprimento das normas sanitárias. As aulas presenciais nas redes pública e privada de ensino também estão proibidas durante a vigência do decreto, que autoriza a realização de atividades online quando possível.

As forças de Segurança Pública do Estado estão à disposição das Prefeituras Municipais para cumprimento das novas regras.



Em um dia, 65 mortes pela covid foram registradas no Estado

Rio Grande do Norte supera 4 mil mortes pela covid-19

O Rio Grande do Norte superou a triste marca das 4 mil mortes provocadas pela covid-19 nessa quarta-feira (17). O número de pessoas que perderam a vida para a doença é superior à população da cidade de Barcelona, no Agreste potiguar, que conta com 3.994 habitantes conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN) foram registrados 10 óbitos nas 24h encerradas às 12h dessa quarta-feira, nas seguintes localidades: Natal (03), Parnamirim (02), Mossoró (03), São Paulo do Potengi (01) e Areia Branca (01). Outras 55 mortes ocorreram em dias e meses anteriores, tendo sido confirmadas somente nessa quarta-feira.

Leitos

No início da noite dessa quarta-feira, 16 hospitais com Unidades de Terapia Intensiva específicas para o tratamento de pacientes com covid-19 estavam completamente ocupados e outros cinco com taxa de ocupação acima dos 90%. Dos 1.066 pacientes internados, a maioria (657) estão no serviço público de assistência à saúde. Desses, 326 estão em leitos clínicos e 331, nos leitos críticos. Na rede privada são 406 internos, dos quais 159 em leitos clínicos e 250 em leitos críticos ou semi-intensivos. Os hospitais particulares do Rio Grande do Norte não dispõem mais de leitos para a covid-19, segundo o Boletim Epidemiológico Nº 316 da Secretaria de Estado da Saúde Pública.

REPERCUSSÃO

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, emitiu nota criticando as notícias em torno da decisão do Governo do Estado e da Prefeitura do Natal. "Infelizmente, mais uma vez está sendo imposto um grande sacrifício no setor produtivo, em particular ao Comércio, aos Serviços e ao Turismo, que respondem por 75% do nosso PIB e mais de 70% dos empregos gerados no RN. E isso é algo que nos preocupa e decepciona, sobretudo porque temos tranquilidade em afirmar que nossa parte vem sendo feita. E que não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços, onde todos os protocolos de biosegurança são rigorosamente cumpridos, que as pessoas estão se contaminando. Também nos causou estranheza o fato de que vinhamos mantendo, desde o final de semana passado, conversas com a área econômica do Governo do Estado. Nelas, o que nos vinha sendo dito era que "o retorno ao fechamento de todas as atividades não essenciais estaria descartado". No entanto, nesta quarta-feira fomos surpreendidos com uma mudança completa de rumo. Mudança da qual nós fomos apenas comunicados e que teria sido fruto de acordo intermediado pelo Ministério Público e que teria envolvido ainda a Prefeitura de Natal. Vamos esperar a publicação efetiva do Decreto para que possamos analisar, junto com os nossos representados, e nos manifestar. Vamos também discutir e montar um conjunto de pleitos que possam compor um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para Comércio e Serviços desta estado, além de auxílio emergencial para os trabalhadores, sob pena de passarmos a registrar um grande número de demissões e fechamento de empresas. Estados como Ceará e Alagoas fizeram isso e podem servir de exemplo. Também destacamos que é preciso que seja feito todo esforço para que estas novas restrições, que ainda não temos exato conhecimento, perduram pelo menor tempo possível", frisou Marcelo Queiroz.

Serviços essenciais

Veja o que contempla o Decreto Nº 30.419 como serviço essencial e que pode funcionar entre 20 de março e 2 de abril.

I – serviços públicos essenciais;
II – serviços relacionados à saúde, incluídos os serviços médicos, hospitalares, atividades de podologia, entre outros;
III – atividades de segurança privada;
IV – supermercados, mercados, padarias, feiras livres e demais estabelecimentos voltados ao abastecimento alimentar, vedada a consumação no local;
V – farmácias, drogarias e similares, bem como lojas de artigos médicos e

ortopédicos;
VI – serviços funerários;
VII – petshops, hospitais e clínicas veterinárias;
VIII – serviços de imprensa e veiculação de informação jornalística;
IX – atividades de representação judicial e extrajudicial, bem como assessoria e consultoria jurídicas e contábeis;
X – carrões, serviços de entregas e transportadores;
XI – oficinas, serviços de locação e lojas de autopeças referentes a veículos automotores e máquinas;

eletrodomésticos;
XII – oficinas, serviços de locação e lojas de suprimentos agrícolas;
XIII – oficinas e serviços de manutenção de bens pessoais e domésticos, incluindo;
XIV – serviços de locação de máquinas, equipamentos e bens eletrodomésticos e eletrodomésticos;
XV – lojas de material de construção, bem como serviços de locação de máquinas e equipamentos para construção;
XVI – postos de combustíveis e distribuição de gás;

XVII – hotéis, flats, pousadas e acomodações similares;
XVIII – atividades de agências de emprego e de trabalho temporário;
XIX – lavanderias;
XX – atividades financeiras e de seguros;
XXI – imobiliárias com serviços de vendas e/ou locação de imóveis;
XXII – serviços de construção civil;
XXIII – serviços de telecomunicações e de internet, tecnologia da informação e de processamento de dados;
XXIV – prevenção, controle e

erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
XXV – atividades industriais;
XXVI – serviços de manutenção em prédios comerciais, residenciais ou industriais, incluindo elevadores, refrigeração e demais equipamentos;
XXVII – serviços de transporte de passageiros;
XXVIII – serviços de suporte portuário, aeroportuário e rodoviário;
XXIX – cadeia de abastecimento e logística

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Quem vai pagar a conta do lockdown? **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/quem-deve-pagar-a-conta-do-lockdown/505>
509

Quem deve pagar a conta do lockdown?

Publicação: 2021-03-19 00:00:00

Marcus Guedes
Economista

A pandemia da Covid-19, em curso no país desde o ano passado, tem levado a óbito milhares de brasileiros. Mas tem produzido, também a morte de milhares de empregos, fruto do fechamento de milhares de empresas.

Se por um lado temos assistido a dor das famílias pela a perda de seus entes queridos, por outro também vemos pais de famílias perdendo os seus empregos, em razão do fechamento das empresas, principalmente por conta de decisões governamentais voltadas ao combate da pandemia.

Há tempos vimos assistindo a vídeos, originários de todos os cantos do país, mostrando agentes de vigilância sanitária, com o apoio de Forças policiais, fechando as portas de empreendimentos de diversos segmentos econômicos.

Com portas fechadas, proibidos de funcionar, os negócios são forçados a encerrar suas atividades e, por conta disso, dispensar os seus colaboradores. A quem cabe, então, indenizar os trabalhadores que, em razão dessa atitude, perdem os seus empregos?

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT define, a meu ver, quem deve pagar essa conta. E essa definição está claramente apontada no que dispõe o seu "Art. 486 – No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivado por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável".

Sim, o responsável pelo pagamento dessas indenizações será o ente governamental responsável pelo ato que lhes deu razão.

Essa questão me foi suscitada, há algum tempo, quando da decisão do Governo Federal de criar o "Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – BEm", através da Lei Nº 14.020, de 08.07.2020.

O BEm foi aplicado em duas hipóteses: (I) na redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e (II) suspensão temporária do contrato de trabalho. E, o § 1º, do Art. 5º, da Lei 14.020/2020, expressa claramente que "O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será custeado com recursos da União", ou seja, do Tesouro Nacional.

Foi graças a esse dispositivo que foram formalizados, no país, em 2020, 20.119.302 acordos, envolvendo 9.845.115 trabalhadores e 1.484.517 empregadores, para o que o governo federal disponibilizou R\$ 33,4 bilhões. No Rio Grande do Norte, foram 289.042 ajustes.

Vale ressaltar que o "Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda", instituído pela Lei Nº 14.020/2020 (no contexto do qual foi criado o "BEm"), aliado ao que dita a Lei Nº 13.979/2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", se traduzem em ações do governo federal para fazer face ao "estado de calamidade pública" firmado no Decreto Legislativo Nº 8, de 20.03.2020, aprovado pelo Congresso Nacional, que teve vigência até 31.12.2020.

Particularmente penso que se o governo federal não tivesse assumido essas medidas, criado o "BEm", o Auxílio Emergencial (aquele de R\$ 600,00), disponibilizado linhas de crédito para as empresas (em diversos níveis), dentre outras ações, o país não teria chegado ao final de 2020 garantindo um saldo positivo de 142.890 empregos, bem como o nosso estado, com o ganho líquido de 1.769 vagas de trabalho.

Agora, com o recrudescimento da epidemia, estados e municípios, que passaram a ter o comando das ações de combate ao vírus determinado pelo Supremo Tribunal Federal, em 08.04.2020, estão decidindo por fechar as atividades econômicas nos seus espaços geográficos.

Alguns entes agem de forma mais rigorosa, impondo um verdadeiro "lockdown". Daí, a reprodução de várias situações, demonstradas em vídeos produzidos em todos os lugares, registrando o desespero de empresários e empregados, por terem o seu direito constitucional do ir e vir e da garantia à dignidade da manutenção de suas famílias severamente comprometidos.

Pois bem: pelo que aqui está exposto, entendo que recai sobre os estados e os municípios, que paralisarem as atividades das empresas neles sediadas, a indenização pela perda dos empregos, com base no que dispõe o Art. 488, da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2

Título: Galeria Sesc abre inscrições para projetos **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/galeria-sesc-abre-inscria-a-es-para-projetos/505477>

Galeria Sesc abre inscrições para projetos

Publicação: 2021-03-18 00:00:00

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visita virtual que ficará disponível no Youtube do Sesc RN. Em ambos formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

“A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 inovamos com a proposta das exposições virtuais, em virtude da pandemia”, comenta Fernando Virgílio, diretor regional do Sesc RN.

Serviço:

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc RN 2021

Até o dia 5 de abril

Enviar proposta e formulário preenchido para galeria@rn.sesc.com.br

Edital e formulário de inscrição: disponíveis no site www.sescrn.com.br

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2

Título: Galeria Sesc abre inscrições para projetos

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/galeria-sesc-abre-inscria-a-es-para-projetos/505477>

Galeria Sesc abre inscrições para projetos

Edital selecionará três projetos para serem apresentados no espaço, em Natal. Inscrições seguem até o dia 5 de abril.

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), está com inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc, localizada no bairro Cidade Alta, em Natal. As propostas devem ser enviadas para o e-mail galeria@rn.sesc.com.br, e o edital com a ficha de inscrição estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Serão contemplados três projetos, onde cada artista selecionado receberá o valor de

R\$ 3.500,00 (valor bruto). As mostras durarão de 30 a 40 dias úteis, com previsão de que a primeira comece em junho. Pintura, escultura, colagem, fotografia, mídias contemporâneas e outras linguagens na área de artes visuais podem ser encaminhadas.

O modelo de exposição será híbrido com visitas presenciais agendadas, respeitando os protocolos de biossegurança, além da visitação virtual que ficará disponível no YouTube do Sesc RN. Em ambos

formatos, os visitantes contarão com o acompanhamento de mediadores que explicam ao público cada obra exposta. Inclusive, a mediação é um dos diferenciais da galeria, que permanece mesmo durante a pandemia.

"A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em

2020 inovamos com a proposta das exposições virtuais, em virtude da pandemia", comenta Fernando Virgílio, diretor regional do Sesc RN.

Serviço:

Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc RN 2021
Até o dia 5 de abril
Enviar proposta e formulário preenchido para galeria@rn.sesc.com.br
Edital e formulário de inscrição: disponíveis no site www.sescrn.com.br

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: BC inicia novo ciclo de alta de juros e surpreende ao elevar taxa para 2,75% **Impacto:** Neutro

BC inicia novo ciclo de alta de juros e surpreende ao elevar taxa para 2,75%

Eduardo Rodrigues
Idilma Tomazelli / BRASÍLIA

Mesmo com a atividade econômica novamente freada pelo agravamento da pandemia de covid-19, o Banco Central se viu forçado a elevar os juros da economia para tentar conter a ameaça da inflação – e surpreendeu no tamanho do ajuste. Com a alta persistente de preços, o Comitê de Política Monetária (Copom) não só elevou ontem a Selic (taxa básica de juros) em 0,75 ponto percentual, para 2,75% ao ano, mas também indicou uma nova rodada de aperto para o mês de maio.

O “cavalinho de pau” na política de estímulo veio 21 dias após a sanção da autonomia formal do Banco Central pelo presidente Jair Bolsonaro, com a bandeira de garantir a condução da política de juros sem pressões políticas. O aumento foi o primeiro em quase seis anos: a última vez que o BC precisou elevar juros foi em julho de 2015, ainda sob o governo Dilma Rousseff.

Desde agosto do ano passado, a Selic estava estacionada em 2%, no menor nível da série histórica. Na prática, quanto menores são os juros básicos da economia, mais barato fica o crédito para empresas e famílias. Por isso, o relaxamento na política do Banco Central abriu caminho ao crescimento dos financiamentos no auge da crise e ajudou a segurar as quedas na atividade e no emprego.

Nos últimos meses, porém, a



Teste. Campos Netto e o primeiro Copom após a autonomia

Isolamento e inflação

“A alta da Selic deveria ter sido postergada até que os efeitos do isolamento sobre a trajetória da inflação pudessem ser avaliados.”

Robson Braga de Andrade
PRESIDENTE DA CNI

Inflação acelerou evitou o calanhar de aquilões do presidente Jair Bolsonaro. Cobrado nas redes sociais pela alta da inflação, conhecidos que intitulam o movimento de alta dos preços como “Bolsocaro”, o presidente já reclamou em público diversas vezes do reajuste dos preços de combustíveis e alimentos.

Diesel. Na tentativa de conter o preço do diesel, encaminhou à equipe econômica uma desoneração de tributos e demitiu o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, indicando para seu lugar o general da reserva Joaquim Silva e Luna. Os anúncios caíram mal no mercado, geraram desconfiança e contribuíram para elevar a cotação do dólar – um elemento que joga ainda mais lenha na fogueira da inflação.

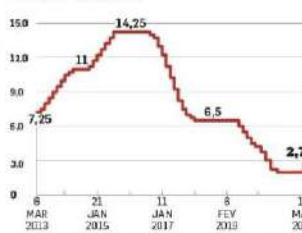
Ao voltar a subir os juros, o Copom mira a inflação de médio e longo prazos, tentando evitar que a alta dos preços se dissemine na economia. Para o fim de 2021, o BC já estima uma inflação de 5%, bem acima do cen-

SALTO

● Banco Central volta a subir os juros depois de quase seis anos

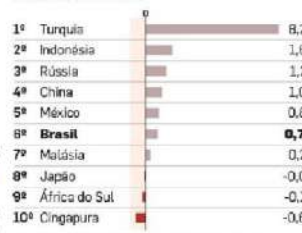
Selic

EM PORCENTAGEM AO ANO



Juro real*

EM PORCENTAGEM AO ANO



*TAXA DESCONTADA A INFLAÇÃO PROJETADA PARA OS PRÓXIMOS 12 MESES. RANKING LEVA EM CONTA AS 40 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO

Fonte: Banco Central, Investify Asset Management

Infografia: Contraste

tro da meta para este ano de 3,75%, e é perigosamente próxima do teto. Com uma margem de tolerância de 1,5 ponto, o IPCA precisa ficar entre 2,25% e 5,25%. Nas projeções de mercado, a inflação acumulada deve passar de 7% no meio do ano para só então arrefecer e fechar o ano dentro da meta.

Para 2022, as expectativas seguem ancoradas, em 3,5%, exatamente no centro da meta de 3,5% no próximo ano (margem de 2% a 5%). Por isso, a maior parte do mercado esperava um aumento menor da Selic nesta reunião, de 0,50 ponto.

No comunicado da decisão, o BC argumentou que a elevação mais forte tem o efeito positivo

de evitar justamente que a inflação estoure o teto da meta neste ano. E já anunciou que, a não ser que as condições mudem significativamente, uma nova elevação de 0,75 ponto deverá ser aplicada na próxima reunião, levando a taxa para 3,50% em maio.

O Copom também reconheceu que o agravamento da pandemia pode atrasar o processo de recuperação da atividade econômica, o que colocaria a inflação abaixo da meta e preservaria a continuidade do estímulo. Por outro lado, o BC alertou que o risco fiscal elevado, dada a necessidade de gastos para combater a pandemia, segue criando uma “assimetria alta no balanço de riscos”, ou seja,

com trajetórias para a inflação acima do projetado. Daí a decisão de subir os juros e evitar um descontrole nas expectativas.

Desde junho do ano passado, o Brasil vivia uma situação incomum: a de figurar entre os países com os juros reais (descontada a inflação) abaixo de zero. Com a elevação para 2,75%, o País deixa o campo dos juros reais negativos volta ao terreno dos juros positivos, em 0,76% ao ano, de acordo com os cálculos da Infinity Asset Management.

Especialistas pedem cautela a investidor
Pág. 35

Para analistas, BC ficou sem saída ao ver inflação e dólar altos

Douglas Gavras

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de elevar os juros básicos em 0,75 ponto surpreendeu a maior parte dos analistas, que esperavam um aumento menor da Selic. Na visão de economistas ouvidos pelo Estadão, no entanto, a medida demonstra a preocupação do BC em lidar com a alta de preços e do dólar era inevitável – embora haja divergências sobre a velocidade desse aumento.

Para José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), e ex-diretor do BC, apesar de a entidade entender que os choques recentes na economia são temporários, eles estão em uma dimensão relevante, e o quadro para a inflação se tornou preocupante. “Quando se olha o comportamento dos preços ao produtor, a alta é substancial.”

“Ele completa que a questão fiscal no Brasil também é preo-

cupante e que há uma falta de apetite pelo enfrentamento desse problema. “Principalmente para conter a evolução das despesas obrigatórias. E há sinais de traços de populismo na condução da política econômica.”

Já a consultora econômica Zeina Latif diz que o movimento do BC poderia ter sido mais modesto, para acompanhar os desdobramentos da economia. Ela também avalia que a eficácia da alta de juros será baixa. “No curto prazo, o dólar deve recuar, mas os principais fatores para o descolamento do dólar são a questão fiscal, a falta de uma agenda de governo e a incompetência para lidar com a pandemia. A tendência é termos um aperto mais forte dos juros do que se imaginava.”

André Perfeito, economista-chefe da Neeton, destaca que a Selic deveria ter subido antes. “Juro mais alto, porém, pode estrumar e precisamos observar os efeitos políticos disso. Mas tudo piorou rapidamente e não adianta ter juros no lugar certo e a economia no lugar errado.”

Já Fábio Silveira, sócio-diretor da MacroSector Consultores, critica a elevação dos juros. “Foi um grande erro de análise. Não era para fazer nada agora, pois há uma inflação de custos, não de demanda. Em vez de esfriar os preços, vai esfriar a ainda frágil demanda.”

● “Substancial”
“Quando se olha os preços ao produtor, a alta é substancial.”
José Júlio Senna
ECONOMISTA DO IBRE/FGV

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

NESTE SÁBADO, 20/03, ÀS 9h15, ESTAS E OUTRAS GRANDES OPORTUNIDADES: IMPERDÍVEIS

CHEVROLET CAMARO 2010 11/12 HONDA CB 100 START 1978 FORD FUSION FLEX 1415

HYUNDAI I30 2.0 1918 VOLVO S60 3.0T AWD 1919 FIAT SIENA FIRENCE 1.6 1915

SOMENTE ONLINE
www.sodresantoro.com.br

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSO AGORA.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Caixa Seguridade se reúne com investidores para IPO **Impacto:** Neutro

coluna do broadcast

Caixa Seguridade se reúne com investidores para IPO

A Caixa Seguridade iniciou encontros preliminares com potenciais interessados em sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A expectativa é atrair investidores institucionais, mas também os de varejo, em função do grande fluxo de pessoas físicas na Bolsa recentemente. A estimativa é que o pequeno investidor possa representar até 40% da operação. Em paralelo, a Caixa Seguridade deve receber, ainda nesta semana, sinalizações quanto a seu valor de mercado, na opinião de analistas 'sell side'. São eles os responsáveis por recomendarem as ações de empresas listadas na Bolsa aos investidores. A quantidade de reuniões pedidas com a Caixa Seguridade está elevada – e serve de termômetro para o interesse do mercado no lançamento de ações.



ANDRÉ BRUNO/ESTADÃO (18/03/2021)

» **Valores.** A Caixa Econômica Federal, que controla a Caixa Seguridade, quer vender até 30% da companhia nesta terceira tentativa de IPO. Da última vez, em 2020, a operação era estimada em R\$ 15 bilhões e o objetivo do banco público era que seu valor de mercado ficasse entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões.

» **Telhado de vidro.** O preço das ações, porém, pode sofrer após o 'evento Petrobrás' – da intervenção na petroleira, com troca do comando pelo presidente Jair Bolsonaro. Além disso, o presidente da Caixa Seguridade, Eduardo Dacache, teria sido indicado para comandar o Banco do Brasil no lugar de André Brundage, que sofreu pressão do governo após decidir fechar agências. A troca de cadeiras não avançou.

» **Uma coisa é uma coisa...** Por sua vez, a Caixa Seguridade quer mostrar aos investidores que seu negócio é diferente do da Petrobrás. Afinal, por ser uma seguradora, seus produtos têm menores implicações para o País do que os da petroleira. Procurada, a Caixa não comentou.

» **Muito ouro.** A Órama ingressa em um mercado que vem crescendo no País: o de administração do dinheiro



307 MARCOS POLETTI/FAB (18/03/2021)

dos mais ricos. O Órama Singular, novo braço de negócios da plataforma, é capitaneado por José Bechara, que por uma década cuidou da área no BTG e no Opportunity.

» **Muita riqueza.** A meta é atingir R\$ 1 bilhão em recursos sob gestão neste primeiro ano. A gestora deve priorizar, entre outros, fundos exclusivos e ativos internacionais.

» **Base boa.** A proposta da Singular vai além da gestão da carteira própria de clientes. A ideia é prestar o serviço à sua base de 107 escritórios de agentes autônomos. Pela legislação, os agentes só podem realizar assessoria e intermediar investimentos, sem fazer a gestão de recursos.

» **Cash.** O movimento na Bolsa e de fusões e aquisições em saúde, educação e tecnologia têm debate

muíto empreendedores com dinheiro. Isso fez com que, em 2020, o volume de recursos com gestores crescesse 33%, em relação a 2019. Foi superada a marca dos R\$ 200 bilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

» **Legível.** Com o avanço da medicina remota na pandemia, a healthtech Memed viu o número de receitas médicas emitidas na plataforma ir de 500 mil por mês em média, em 2020, para uma expectativa de 2,3 milhões a 2,5 milhões, em março. Com 120 mil médicos cadastrados, que a usam de forma gratuita, a plataforma conecta as receitas a 30 mil farmácias e drogarias cadastradas.

» **Tudo virtual.** Agora, deve começar a ganhar dinheiro com a operação, com o lançamento de um marketplace (espécie de shopping virtual) para vender os medicamentos a partir da receita digital, agendar exames e outros serviços de saúde. Segundo o CEO da Memed, Ricardo Moraes, o plano inclui cobrar comissão.

» **Isca.** Para médicos, pacientes e farmácias, o uso continuará gratuito. Desde sua fundação, a Memed recebeu cerca de R\$ 33 milhões em quatro rodadas de investimentos – e deve abrir uma nova, em breve.



WILTON JACQUES/ESTADÃO (18/03/2021)

» **Transparência.** A Vitta, que faz gestão de planos de saúde, será a primeira empresa do setor a abrir aos clientes a dinâmica de remuneração dos planos. A ideia é mostrar o que ocorre na troca de planos corporativos e as consequências da mudança.

» **Empresarial.** O objetivo de abrir os dados é mostrar que, com os prêmios aplicados sobre os preços dos novos planos, a mudança fica mais cara que o esperado. Hoje, 80% dos planos de saúde vendidos no Brasil são contratados por empresas.

» **Método.** Na contratação do plano de saúde, a Vitta dará os detalhes sobre a remuneração. Como incentivo, vai devolver ao cliente 50% do bônus, por meio de cashback.

ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLIEDT,
JULIANA ESTIGARRIBIA E
FERNANDA GUIMARÃES

CELSO MING



E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Forte alta dos juros básicos

Há quase seis anos os juros básicos (Selic) não subiam. Pois desta vez, a mordida foi valente, de 0,75 ponto percentual ao ano, de 2% para 2,75%. O recado foi o de que, afinal, alguém decidiu arrumar a cozinha. Com seu único instrumento, a política monetária, o Banco Central teve de lidar com forças que trabalham em direções opostas.

A mais importante dessas forças é o estouro confuso e inesperado da inflação em tempos de retração da economia. Depois de cinco anos de baixo avanço e em queda, em fevereiro a inflação medida em 12 meses (evolução do IPCA) saltou para 5,2%, fortemente acima da meta do ano, que é de 3,75%. A expectativa dos agentes econômicos, medida pela Pesquisa FOCUS, é de uma inflação anual em dezembro de 4,6%, número que tende a se encorpar. O próprio Copom projeta para alguma coisa em torno dos 5,0%.

O Banco Central vinha perdendo as condições de ancoragem, que é a capacidade de levar os fazedores de preços a acreditar que a inflação vai para onde o Banco Central quer que vá.

Em boa medida, a estocada descontrolada da inflação é consequência da alta do dólar que, apenas em 2021, já está perto dos 8%, a despeito das intervenções agressivas do Banco Central para controlá-la. O encarecimento da moeda estrangeira também puxa para cima os preços dos importados e dos produtos amarrados ao dólar, como os combustíveis e rações animais.

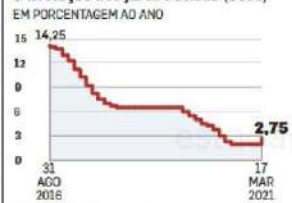
A disparada da cotação do dólar, por sua vez, é o resultado de enormes lambanças do governo que produziram forte insegurança: é a política sanitária desastrosa de controle da covid-19; a intervenção atabalhoada na Petrobrás; e a maneira flácida como administra as contas públicas. Não menos importante, o dólar também decolou com a volta de Lula ao cenário político eleitoral.

Não falta quem atribua o avanço da inflação também ao rali das commodities, que aumentou os preços da carne, das rações animais e de grande número de alimentos. No entanto, a escalada dos preços do feijão preto e do arroz, de 51,6% e 69,8%, respectivamente, em 12 meses, não tem relação com o dólar. São produtos apenas marginalmente exportados. Tem a ver com o aumento do consumo interno que, por sua vez, é consequência da distribuição do necessário e inevitável auxílio emergencial durante a pandemia, de R\$ 204 bilhões para 68,2 milhões de pessoas.

Nos relatórios das reuniões anteriores do Comitê de Política Monetária

SUBIU

● Evolução dos juros básicos (Selic)



FONTE: BANCO CENTRAL. INFOGRÁFICOS/ESTADÃO

(Copom), o Banco Central vinha afirmando que a maior parte da inflação tinha origem no aumento de custos da economia. Nessa categoria poderiam entrar a desorganização dos estoques, a alta do petróleo e demais commodities no mercado internacional. Em princípio, uma inflação de custos não se combate com alta dos juros, porque alta de juros é produzida com redução do volume de moeda na economia, recurso que não ajuda a aumentar a oferta de mercadorias e serviços. Alta dos juros funciona quando o avanço da inflação é produzido por aumento da demanda que, por sua vez, reflete mais dinheiro circulando na economia. Funciona, porque, com menos moeda em circulação, também se reduz a demanda por coisas e serviços. Por isso, também, o Copom preferiu apostar em que a inflação seria temporária – enquanto durasse esse aumento de custos. Por isso, não mexeu nos juros. Mas as coisas desandaram e continuar sem fazer nada poderia ser pior.

Se fosse para evitar novas altas da moeda estrangeira, talvez o Banco Central tivesse de puxar os juros para 3,0% ao ano. A intervenção a que se viu obrigado nas últimas semanas talvez tenha tido o objetivo de limitar a alta dos juros a esse 0,75 ponto percentual.

Juros subindo assim produzem efeito colateral perverso: tendem a frear a economia num momento em que o desemprego é alto e em que a produção perde fôlego. Já havia o efeito pandemia que vai parando tudo e, agora, tem essa mordida dos juros. Por isso, comerciantes, empresários e pessoas que dependem de crédito vão multiplicar protestos e queixas contra a decisão.

O Banco Central avisou que pretende chegar a uma Selic de 4,5% neste ano e de 5,5% em 2022. Mas não tem clareza sobre a dosagem correta.

* COMENTARISTA DE ECONOMIA

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Especialistas pedem cautela a investidor **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B5

Especialistas pedem cautela a investidor

Apesar da elevação da taxa básica de juros para 2,75%, mercado descarta corrida da Bolsa de volta para as aplicações em renda fixa

Isaac de Oliveira

A alta de 0,75 ponto percentual da Selic, que passou para 2,75% ao ano, não deve provocar mudanças significativas de modo imediato, mas sinaliza um possível início de reconfiguração dos investimentos em termos de rentabilidade no País. Neste sentido, especialistas ouvidos pelo *E-Investidor*, serviço de finanças pessoais do “Estadão”, recomendam cautela antes de qualquer decisão.

Por conta da queda brusca nos juros, os ativos de renda fixa foram bastante prejudicados nos últimos meses, uma vez que muitos utilizam a taxa básica de juros como uma referência para devolver os ganhos dos recursos aplicados. Em muitos casos, o retorno real está hoje negativo, quando descontada a inflação.

Outro efeito direto até então do corte da Selic foi o boom de novos investidores pessoa física na Bolsa de Valores brasileira, que atingiu a base de 3,261 milhões de CPFs em dezembro do ano passado. No mesmo período de 2019, essa marca era de 1,690 milhão de clientes.

Diante desse cenário, os espe-

cialistas afirmam que a alta da Selic não deverá provocar uma debandada de volta à renda fixa, uma vez que muitos títulos dessa classe de investimentos já possuíam taxas que abarcavam a expectativa de alta dos juros básicos.

“O aumento vai sinalizar para o mercado uma melhora de percepção de controle da inflação, crescimento econômico e diminuição do risco fiscal. Isso para a Bolsa é bom”, analisa André Querne, sócio da Rio Gestão de Recursos. “Essa correção de juros em alta e Bolsa para baixo não é tão direta como parece.”

Antes da decisão de ontem do Copom, o mercado já trabalhava com alta da Selic. Conforme o último boletim Focus, divulgado na segunda-feira, a taxa esperada para o fim de 2021 subiu de 4% para 4,5%. Já para o fim de 2022, a projeção dos economistas permaneceu em 5,5%.

“Dependendo do que o BC coloque na ata, de acelerar isso até o final do ano, pode ter uma expectativa do real se valorizando em relação ao câmbio, por exemplo. E a taxa de juros de longo prazo, que indica melhor o risco do País e que está hoje entre 7% e 8%, vai diminuir”, acrescenta Querne.



Retorno. Para analistas, títulos pós-fixados e ações de bancos podem ser boas escolhas

Opções. Na renda fixa, os investidores não devem nutrir esperanças de grandes ganhos, uma vez que a alta não será suficiente para compensar a inflação. Portanto, títulos com liquidez diária, como o Tesouro Selic ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), devem permanecer com ganho real negativo.

“Neste momento macroeconômico global de recuperação econômica, de muito estímulo monetário e fiscal, devemos pensar em preservação de capital. E só tem um título para isso, que é o pós-fixado”, explica Marília Fontes, sócia-fundadora da Nord Research.

Para ela, ainda que no curtissi-

mo prazo os pós-fixados tenham retorno real negativo, o início do ciclo de alta da Selic mostra que é melhor evitar os títulos pré-fixados e os indexados à inflação.

“Se as taxas desses títulos longos subirem, você perde toda a diferença entre a nova taxa e a anterior, através da marcação a mercado. Então, pode haver

prejuízo”, diz Marília. “Se você já ganhou muito dinheiro até aqui, por que se submeter a um prejuízo agora? Por que não simplesmente vender e alocar em um pós-fixado?”, questiona.

Para Mauro Avelar, superintendente de produtos da Ágora Investimentos, investimentos de curto prazo não têm escapatória: “Tem de estar no Tesouro Selic, em CDB com liquidez diária, ou fundo DI”. Já sobre os títulos pré-fixados, ele sugere aporte em ativos de prazo de até quatro anos. “Com isso, o investidor consegue se apropriar do prêmio que existe na curva de juros, que, neste prazo, está em torno de 7,5% ao ano.”

No caso de quem busca fugir da renda fixa, a sócia da Nord destaca a opção de fundos imobiliários que investem em recebíveis ou os multimercados, dada a variedade de ativos que este produto engloba. Já para ações, a recomendação vai para os papéis de bancos, que são muito penalizados quando a Selic está baixa. “Agora com os juros subindo, esses devem aumentar as margens. Então, é um tipo de setor na Bolsa que seria beneficiado”, destaca Marília.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: 'Problema da economia não é a taxa de juros, é a falta de vacinas' **Impacto:** Neutro

ENTREVISTA

Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV

'Problema da economia não é a taxa de juros, é a falta de vacinas'

Douglas Gavras

O aumento dos juros básicos é a forma de o Banco Central dar sinais de atenção para a alta preocupante da inflação nos últimos meses, segundo análise do coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Armando Castelar.

O economista lembra que os juros reais negativos de hoje não têm sido suficientes para animar a atividade econômica e que o País só vai encontrar novamente um rumo com o avanço do programa de vacinação e o fim dos desgastes provocados pelo governo federal contra Estados e municípios. A seguir, os principais trechos da entrevista.

● Já era mesmo hora de aumentar os juros?

É o movimento correto, a inflação tem surpreendido para cima e uma reação do Banco Central controla as expectativas e evita que ela continue subindo. Os preços subiram pelos alimentos, mas o petróleo também subiu, o que pressionou bastante o preço da gasolina. Alguns serviços, como planos de saúde, quase não tiveram reajuste no ano passado, mas o aumento vem este ano. Muito do que foi subtraído no ano passado virá em 2021. Há outra questão relevante: a inflação acumulada em 12 meses vai bater em 7% em maio, o que afeta as expectativas. Quando se olha para os resultados mês a mês também, a inflação surpreendeu para cima. O aumento de ontem é sinal de que o BC está atento. Isso ajuda a tornar o ciclo de alta mais breve – e talvez até menor.

● Os cortes recentes da Selic foram além do necessário?
● O corte lá atrás foi maior do

que o necessário. Ao reduzir os juros para 2% ao ano, gerou-se um risco maior de ter de subir a Selic antes que a pandemia estivesse resolvida. Agora, o risco se mostrou verdadeiro. O resultado é que se acelerou a necessidade de um aumento mais forte, com todas as consequências disso. Talvez o melhor tivesse sido cortar juros até 3% e esperar um pouco. Mas isso não é uma crítica de que o BC agiu errado.

● Juros mais altos não devem ter um impacto forte na atividade econômica? A economia freou no fim do ano passado e devemos ter um 1º trimestre já muito ruim. Tem um efeito direto negativo sobre os custos de financiamento, mas reduz as incertezas. Não saber se o governo está atento à inflação também gera incertezas para o investidor. Mas, para além dos juros, o que está fazendo a economia travar é a pandemia, é a falta de vacinação. Os juros reais negativos de agora não têm tido impacto grande na atividade econômica. Com os juros reais



Defesa. Castelar vê cenário melhor com vacinação

em 3% negativos, a economia deveria estar bombando. Não está, pois não é o juro que está segurando a economia. A economia está completamente dependente da vacinação, quanto antes ela acontecer, mais rápido o emprego vai se recuperar também.

● Com o caos nas UTIs e o programa de vacinação em ritmo lento, corremos o risco de que 2021 seja um ano perdido? A economia vai se sair melhor no segundo semestre, estou otimista com relação a algum

avanço na vacinação. Se metade do que está prometido na compra de vacinas for entregue, vai ser bem melhor. Mas a primeira metade do ano vai ser muito ruim e tem muita heterogeneidade entre setores. O câmbio desvalorizado é positivo para a indústria, mas não há uma tendência de melhora dos serviços e o comércio teve uma parada no começo do ano também. Talvez o País tenha até uma recessão técnica no início do ano, mas que pode se reverter, em partes, no segundo semestre. Só que o desemprego será agravado.

● Por diversas vezes, o presidente Bolsonaro opôs o controle da pandemia à proteção da economia. Essa escolha era real?

Eu não acho que seja assim e uma pandemia tem vários estágios. O lockdown tem impacto imediato na redução da atividade econômica, é fato, mas o que se passou a fazer em outros países foi um fechamento mais inteligente, de madrugada, e mais pontual, escolhendo bem o tipo de serviço interrompido. No Brasil, porém, há uma briga entre governo federal de um lado e Estados e municípios do outro. O resultado é a pandemia ter ficado muito maior do que deveria estar. Se tivesse sido feito um esforço pelas vacinas há seis meses, estaríamos em outra situação.



FREITAS
LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR

Accesse nossas mídias sociais:
[YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO](https://www.youtube.com/freitasleiloeiro)
[INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO](https://www.instagram.com/freitasleiloeiro)
[FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO](https://www.facebook.com/freitasleiloeiro)



LEILÃO SOMENTE "ON-LINE"
17 IMÓVEIS

FECHAMENTO: 25/03/2021 A PARTIR DAS 11H00

LOCALIDADES: AC MA MG MT PR RJ SP

APARTAMENTOS · ÁREAS RURAIS · CASAS GALPÃO · IMÓVEIS COMERCIAIS · TERRENO

AMPLAS FACILIDADES ✓ À vista com 10% de desconto ✓ Parcelamento em 12x sem juros/correção DE PAGAMENTO: ✓ Parcelamento em 24, 36 ou 48 vezes com juros/correção

O edital deste leilão encontra-se registrado no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital/SP, sob nº 1.517.402 e no 1º Oficial de Registro Civil de Títulos e Documentos de Osasco/SP, sob nº 223.438.

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte: www.BANCO.BRDESCO/LEILÕES



SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

(11) 3117.1001
inoveis@freitasleiloeiro.com.br

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Bolsonaro entre Guedes e Michelle **Impacto:** Neutro

Visão monocular

BOLSONARO ENTRE GUEDES E MICHELLE

Presidente tem de decidir sobre projeto apoiado pela primeira-dama que eleva gastos em R\$ 5 bi

Anne Warth
Idiana Tomazelli
Emily Behnke / BRASÍLIA

Um projeto que classifica a visão monocular (cegueira de um dos olhos) como deficiência para todos os efeitos legais virou um problema para o presidente Jair Bolsonaro. Aprovada no Congresso, a proposta conta com o apoio da primeira-dama Michelle Bolsonaro, mas pode se tornar uma bomba fiscal a explodir no colo do governo e dar margem até mesmo para a abertura de um processo de impeachment.

O texto, que aguarda a sanção presidencial, abre caminho para que essas pessoas peçam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda no valor de um salário mínimo por

mês – R\$ 1,1 mil. Em análises preliminares, técnicos do governo estimam que cerca de 400 mil pessoas poderiam se habilitar ao benefício, a um custo de pelo menos R\$ 5 bilhões ao ano.

O rombo pode ser ainda maior porque o levantamento considera o critério formal para a concessão do BPC: renda de até um quarto de salário mínimo por pessoa, ou atuais R\$ 275. Mas o benefício é um dos mais judicializados, e é comum brasileiros com renda superior, de até meio salário (R\$ 550), conseguirem a ajuda. Além disso, a sanção do projeto poderia ter impacto na aposentadoria de pessoas com deficiência, que tem regras mais brandas do que para trabalhadores em geral.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que a criação de uma despesa obrigatória venha acompanhada de uma redução permanente em outro gasto, ou



MARCOS CORREA/PR-26/2021

Apolo. Michele convidou uma das lideranças monoculares para jantar no Alvorada

● **Encruzilhada**
400 mil
pessoas seriam beneficiadas com projeto que classifica a cegueira de um dos olhos como deficiência; elas ficariam habilitadas a receber o BPC

então de uma elevação permanente de receitas (com criação ou aumento de tributo). Já a emenda constitucional do teto de gastos exige estimativas de

impacto orçamentário e financeiro para propostas que criem despesa obrigatória ou concedam renúncias. O respeito ao teto também demandaria o corte de outra despesa, no caso de maior gasto com BPC. Nenhum desses dispositivos foi observado na tramitação do projeto.

Caso Bolsonaro decida sancionar a lei, o ato pode ser enquadrado como crime de responsabilidade. Ele tem até o próximo dia 23 para tomar uma decisão. O projeto deve receber recomendação de veto de áreas

técnicas dos ministérios da Economia e Cidadania preocupadas com o impacto fiscal. Ciente desse risco, Bolsonaro sinalizou que vetaria a proposta na semana passada.

A mudança de postura, porém, é recente. Em fevereiro, antes da aprovação do texto pela Câmara, Michelle convidou Amália Barros, uma das principais lideranças monoculares e que mais trabalhou pela lei, para jantar no Palácio da Alvorada. Depois do encontro, o casal posou para fotos cobrindo

um dos olhos – um dos símbolos da campanha dos monoculares.

Segundo apurou o *Estadão Broadcast*, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, tem dado sinalizações de que o reconhecimento da visão monocular como deficiência não significa direito automático ao BPC e, por isso, seu impacto não é imediato nem certo. Esse entendimento abriria o caminho para a sanção do projeto, sem que Bolsonaro cometesse crime ou precisasse se indispôr com um grupo respaldado pela primeira-dama.

Procurada, a secretária informou que o BPC é competência do Ministério da Cidadania. Sobre o risco de brechas para aposentadorias, informou que pediu esclarecimentos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que entendeu que “o projeto não dispensa aplicação dos atuais instrumentos de avaliação já utilizados rotineiramente para fins dos benefícios previdenciários”. Um desses instrumentos seria a perícia médica.

O Ministério da Cidadania não respondeu. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos chegou a designar um técnico para responder perguntas por e-mail, mas desistiu. A reportagem procurou o presidente e a primeira-dama por meio da Secretaria de Comunicação Social, mas eles não se pronunciaram. / COLABOROU

DANIEL WETERMAN

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Novo marco do gás pode destravar RS 380 bi em investimentos no País **Impacto:** Neutro

B8 | **Economia** | QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

IBDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSIBDO

Avaliação. Cálculo, feito pela consultoria Inter.B, leva em conta um horizonte de dez anos e inclui aportes em infraestrutura e em projetos industriais; para especialistas, nova legislação aumenta a competição no setor e diminui custos da indústria e dos consumidores

Novo marco do gás pode destravar R\$ 380 bi em investimentos no País

A aprovação do novo marco regulatório de gás permitirá a entrada de novos competidores, ajudará a atrair investimentos para o setor e a diminuir custos para indústria e consumidores, na avaliação de entidades empresariais e especialistas. A lei foi aprovada na madrugada de quarta-feira e segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Cálculos do economista e sócio fundador da Inter.B Consultoria, Cláudio Frischtak, indicam um potencial de R\$ 381 bilhões em investimentos no País nos próximos dez anos. A conta inclui aportes em infraestrutura e em projetos industriais em vários setores, impulsionados pela queda do preço do gás a reboque das novas regras.

"Há estimativas de que uma redução dos preços de gás natural entre 33% e 55% fomentaria investimentos da ordem de US\$ 60 bilhões (R\$339 bilhões) em projetos industriais nos setores de siderurgia, pelletização de minério de ferro, alumínio, química, cerâmica, vidro, papel e celulose", afirma Frischtak. Na área

de infraestrutura, o estudo considera os cálculos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que estima investimentos de R\$ 42,1 bilhões em 13 projetos, em áreas como escoamento, transporte e regaseificação.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor tem potencial para se tornar um grande consumidor de gás natural, com a possibilidade de triplicar a demanda em uma década em um cenário de queda dos preços pela metade. "A abertura do mercado à competição e a queda do preço do gás natural de forma consistente são cruciais para o País superar a grave crise provocada pela Covid-19", afirmou, em nota, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Entre os destaques das mudanças aprovadas no Congresso, que ainda serão regulamentadas, estão o acesso à infraestrutura essencial por agentes de mercado, como gasodutos, unidades de compressão e terminais de importação de Gás Natural Liquefeito; o estabelecimento de um regime único de autorização para construção de



Estimativa. EPE vê potencial de geração de 33 mil empregos no setor em uma década

gasodutos de transporte (antes era concessão); e regras tarifárias para contratação de serviços, que serão alvo de consultas públicas.

Outros pontos da lei já foram em parte adotados, como o modelo de entrada e saída, onde as empresas podem contratar a capacidade de injeção (entrada) e

retirada de gás (saída) dos gasodutos, sob coordenação da ANP.

Para os governos, a nova lei também trará vantagens, com potencial de permitir uma arrecadação adicional de royalties (estimada em cerca de R\$ 2 bilhões por ano) e de ICMS nos Estados (R\$ 5 bilhões por ano), informou a EPE, que também

enxerga um potencial de geração de 33 mil empregos nos próximos 10 anos.

Gás de cozinha. Além da indústria, Frischtak, da Inter.B Consultoria, estima um impacto positivo no preço do gás de cozinha. Segundo o economista, a abertura do mercado tem po-

tencial para uma redução de 20% a 30% nos valores do produto, com enorme impacto no bem-estar das famílias mais pobres. "O texto aprovado reduz barreiras regulatórias e técnicas que inibem a competição", afirma Frischtak.

Em 2019, o GLP era consumido por 65,9 milhões de domicílios brasileiros, com um mercado potencial não explorado de aproximadamente 14 milhões de famílias que utilizavam lenha para cozinhar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Defensor da abertura do mercado de energia para viabilizar a atração de investimentos, o presidente da Enauta e ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, prevê que a aprovação da Lei do Gás vai aumentar a fatia do insumo na matriz energética brasileira, após anos de tentativas que morreram na praia. "Após muitos anos, prevaleceu o interesse nacional."/ DENISE LUNA, MARIANA DURÃO, WILLIAN MIRON E MARLLA SABINO

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 18/03/21 – Cidade/UF: DF
Título: Executivos veem lucro em agenda sustentável Impacto: Neutro

B10 | Economia | QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO



Executivos veem lucro em agenda sustentável

Pesquisa mostra que 60% dos entrevistados da AL acreditam que ESG pode trazer ganhos

Matheus Piovesana

Na América Latina, a percepção de que sustentabilidade não traz retorno financeiro parece estar ficando no passado. Um estudo realizado pela SAP, empresa de softwares de gestão, em parceria com a CIO Research e a Seekmet, obtido com exclusividade pelo 'Estadão/Broadcast', mostra que, para 60% dos executivos de quatro grandes economias da região, inclusive o Brasil, a sustentabilidade, seja ela ambiental, social ou de governança, pode trazer ganhos reais.

"Antigamente era uma troca, e ainda tem muito dessa percepção. Mas não necessariamente fazer o correto significa pagar mais caro", afirma Cristina Palmaka, presidente da SAP para América Latina e Caribe. "Há os custos indiretos, de reputação. Quando você consegue valorizar o produto como sustentável

para o cliente final, tem um ganho de percepção de marca muito maior."

Realizado com 455 presidentes e executivos da América Latina, entre outubro e novembro do ano passado, o levantamento mapeia a tomada de decisão sobre temas delicados em um momento de estresse para as operações das companhias, em plena pandemia da covid-19. Entre os ouvidos para a pesquisa, 47% são executivos de empresas produtoras de bens, como petroleiras, mineradoras e a agroindústria.

O levantamento aponta que 46% das companhias têm estratégias de sustentabilidade e que 22% devem implementá-las em breve. Apenas 9% das empresas não consideram o tema importante para seus negócios. Entre as produtoras de bens, entretanto, o percentual das que já têm políticas em andamento (35%) foi menor que entre as prestadoras de serviços (49%).



Fim da fila. Dos países consultados, o Brasil é o que tem o menor total de empresas com estratégia de sustentabilidade

Benefícios

"Antes era uma troca, e tem ainda muito dessa percepção. Mas fazer o correto não significa pagar mais caro."

Cristina Palmaka

PRESIDENTE DA SAP PARA A L E CARIBE

Dos quatro países consultados (Argentina, Brasil, Colômbia e México), o Brasil é o que tem a menor quantidade de empresas com uma estratégia de sustentabilidade em andamento. Dos executivos ouvidos no País, 42% afirmaram que o conjunto de regras já existe. Na Argentina, o percentual é de 51%; no México, de 43%.

Cristina acredita que essa diferença diz mais sobre as com-

plexidades do ambiente de negócios brasileiro do que sobre a preocupação local com os princípios que guiam a agenda ESG (de sustentabilidade ambiental, social e de governança, na sigla em inglês). "Uma leitura é a da nossa complexidade como País, com temas fiscais, de reformas. Esse composto ainda é muito impactante quando comparado com países vizinhos." Para a executiva, que já liderou a SAP brasileira, ainda assim há uma evolução de mentalidade.

Considerada toda a região, 41% dos executivos afirmaram que suas empresas elaboram relatórios de sustentabilidade, uma maneira de medir os progressos nesse quesito. Adicionalmente, 46% deles consideraram que o tema é importante para os clientes – mais do que os

44% que viram a solidez financeira como ponto fundamental.

Liderança do gênero. Ao analisar com quais aspectos de sustentabilidade as empresas em que trabalham se identificam mais, 60% dos executivos citaram a igualdade de gênero, o maior percentual em um grupo que inclui profissionais do futuro (54%) e mudanças climáticas (43%). Cristina atribui a centralidade do tema às discussões que acontecem do lado de fora, mas também dentro das empresas, dada a realidade da região.

"Conseguimos mostrar que na América Latina, que historicamente tem um viés mais machista, as mulheres estão ganhando um espaço incrível", comenta. Dos 20 executivos que se reportam a ela, nove são mu-

lheres. Sua sucessora no Brasil, Adriana Aroulho, é uma delas.

A pesquisa também captou que, para muitas companhias, a sustentabilidade na cadeia de fornecedores ainda não é um tema importante. Para 51% dos executivos da região, o ponto não é decisivo ao escolher um fornecedor. No Brasil, esse total é de 48%. Ainda que estejam longe de ser maioria, os executivos que levam a sustentabilidade em consideração podem ajudar a influenciar os demais, especialmente em um contexto em que grandes investidores se movimentam para monitorar a "pegada" ambiental dos produtos. "O tema se tornou urgente. E quando isso afeta a competitividade, muito mais fornecedores que aderem à causa passam a estar presentes", afirma Cristina.

Construtora Odebrecht busca sócio e novas obras para se reerguer

Com novos projetos, empresa tenta virar a página; em 2020 faturou US\$ 600 mi, cifra distante da dos tempos áureos

Renê Pereira

Quase seis anos após a prisão de Marcelo Odebrecht, que marcou o declínio do império balano, o grupo tenta reerguer sua construtora, com novas obras e um possível sócio para ajudar a financiar a retomada. Nos últimos anos, depois que a Operação Lava Jato desmantelou o esquema de corrupção entre as construtoras, a Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) viu seu faturamento e carteira de obras minguarem rapidamente enquanto uma série de problemas financeiros surgiam, como o vencimento de dívidas.

Hoje, com a reestruturação financeira concluída, a empresa tenta virar a página, superar a imagem arranhada e conquistar novos contratos de obras. O recomeço parte de um novo patamar – bem distante dos tempos áureos dos megapreempimentos de infraestrutura que tornaram a companhia uma das gigantes do mundo no setor.

Em 2014, impulsionado pelas obras da Copa do Mundo e da Olimpíada, o faturamento da construtora alcançou R\$ 32,4 bilhões. No ano passado, as receitas representaram 10% desse montante – a empresa faturou US\$ 600 milhões (R\$ 3,3 bilhões, pela cotação do dólar de ontem). Com as seis obras conquistadas nos últimos 12 meses, o presidente da empreiteira, Marco Siqueira, espera dobrar esse montante em 2021, para US\$ 1,1 bilhão (R\$ 6 bilhões).

No total, a empresa tem 26

contratos ativos, sendo 15 no Brasil e 11 em países como Panamá, Peru, Argentina, Guiana, Angola, Gana e Estados Unidos. A construtora trabalha com um pipeline (projetos em prospecção) de 131 projetos, que somam R\$ 17 bilhões, para serem explorados. Mas, ao contrário do passado, quando o poder financeiro da companhia era exponencial, atualmente conseguir garantias para participar de todas as disputas do mercado virou um desafio.

Uma das estratégias da construtora é conseguir uma injeção de capital para reforçar o balanço da empresa e permitir explorar novos projetos. "Estamos conversando com um possível sócio para participar desse início de um novo ciclo. Temos capacidade técnica, certificações, pessoas e estamos prontos para novos projetos", diz Siqueira. As negociações estão sendo to-



Otimismo. Siqueira espera dobrar faturamento este ano

Receitas

R\$ 32,4 bi
foi o faturamento da companhia em 2014, impulsionado pelas obras da Copa do Mundo e da Olimpíada

casadas pela holding e envolvem fundos de private equity.

Para o presidente da construtora, as condições atuais são favoráveis à retomada mais firme das atividades da empresa. Com a reestruturação financeira, há uma janela de quatro anos para focar no crescimento da compa-

nhia até que algumas dívidas comecem a vencer. Além disso, ele acredita que em algum momento o governo vai voltar para os investimentos de infraestrutura, que têm um efeito multiplicador para o crescimento econômico. "O nome do jogo agora é conquistar novos contratos."

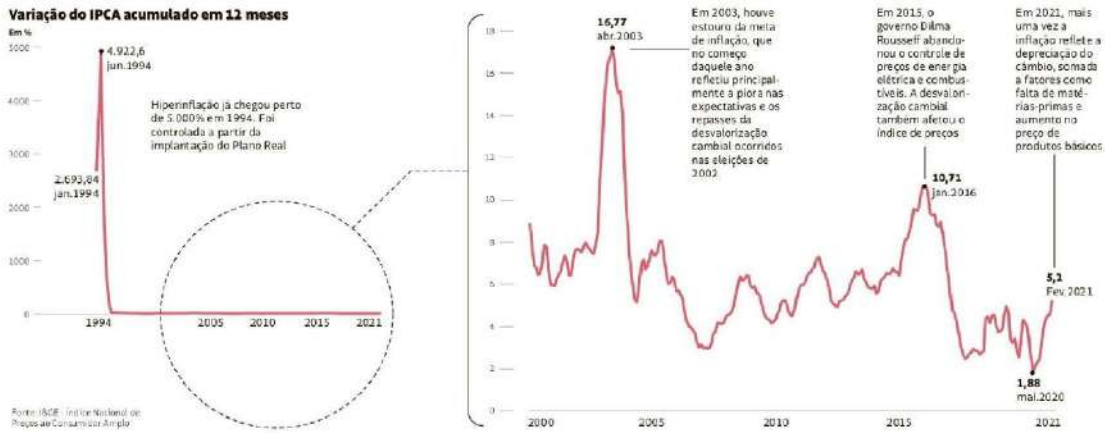
O executivo reconhece, porém, que as condições serão diferentes. Além do tamanho da construtora, existe uma nova realidade de obras no País: os megapreempimentos deram lugar a projetos menores e mais espalhados. Diferentemente do passado, quando a OEC só disputava grandes licitações, hoje

o objetivo é incrementar a carteira de obras. "Mas devemos focar em contratos acima de R\$ 150 milhões", diz Siqueira.

No fim do ano passado, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) e o Ministério Público Federal encerraram o monitoramento externo feito no grupo durante quatro anos. O trabalho de fiscalização fazia parte do acordo de leniência, fechado em 2016 com o DoJ e autoridades brasileiras e da Suíça.

O advogado Otávio Yazbek, que foi o monitor brasileiro na empresa, afirma que esse não foi um processo simples, seja pelo momento delicado da companhia ou porque envolveu uma transformação ampla da cultura da organização, com a implementação de medidas em vários níveis. Segundo ele, considerando o ambiente de negócios atual, é possível que quem contrate a Odebrecht demande algum tipo de segurança adicional. "Mas entendo que a empresa tem condições de mostrar os avanços e o que está em vigor, e isso é o mais importante para enfrentar os riscos e desafios de novas linhas de negócio."

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: BC surpreende, eleva juro em 0,75 ponto e sugere que vai repetir a dose em maio **Impacto:** Neutro



BC surpreende, eleva juro em 0,75 ponto e sugere que vai repetir a dose em maio

Preocupado com a inflação, Copom inicia primeiro ciclo de alta na taxa básica em quase seis anos

Larissa Garcia e Fábio Pupo

BRASÍLIA. A escalada persistente dos preços, observada nos últimos meses, levou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central a elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, nesta quarta (17). A Selic estava desde agosto do ano passado em seu menor patamar, a 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19.

A decisão de aumentar os juros em 0,75 ponto percentual surpreendeu porque veio acima das expectativas do mercado. A maior parte dos economistas consultados pela Bloomberg esperavam elevação de 0,5 ponto — alguns apostavam em alta mais gradual, de 0,25.

O comitê justificou que os indicadores recentes de atividade econômica mostram recuperação da economia e que as expectativas de inflação foram revistas para cima. Segundo o texto, uma alta mais acentuada da taxa de juros reduz a probabilidade de que a meta não seja cumprida neste ano.

“Os membros do Copom consideram que o cenário atual já não prescreve um grau de estímulo extraordinário [juros muito baixos]. O PIB em janeiro cresceu 2,20% com crescimento forte na margem, recuperando a maior parte da queda observada no primeiro semestre, e as expectativas de inflação passaram a se situar acima da meta no horizonte relevante de política monetária”, pontua o comunicado da decisão.

“Adicionalmente, houve elevação das projeções de inflação para níveis próximos ao limite superior da meta em 2021”.

O BC ponderou que os indicadores ainda não refletem a piora da pandemia e as novas

medidas de restrição.

“Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes, em particular a divulgação do PIB do quarto trimestre, continuaram indicando recuperação consistente da economia, a despeito da redução dos programas de recomposição de renda. Essas leituras, entretanto, ainda não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento no número de casos de Covid-19”, diz o comunicado da decisão.

“Prospetivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima do usual, sobretudo para o primeiro e segundo trimestres deste ano”, completa.

Ainda assim, o BC afirmou que, mesmo com os novos lockdowns, o aumento da taxa de juros é adequado.

Na avaliação do comitê, uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos”, diz.

“Além disso, o amplo conjunto de informações disponíveis para o Copom sugere que essa estratégia é compatível com o cumprimento da meta em 2022, mesmo em um cenário de aumento temporário do isolamento social”.

Ainda assim, o BC afirmou que, mesmo com os novos lockdowns, o aumento da taxa de juros é adequado. Na avaliação do comitê, uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos”, diz.

“Para a próxima reunião, a menos de uma mudança significativa nas projeções de inflação ou no balanço de riscos, o comitê antevê a continuação

do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude”, informou.

“O Copom ressalta que essa visão para a próxima reunião continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, e das projeções e expectativas de inflação”.

O controle da inflação é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a inflação está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir os juros para estimular a economia.

Em suas comunicações oficiais mais recentes, o BC reiterou que a inflação era temporária. Entretanto, na decisão passada, em fevereiro, o Copom já admitiu que se prolongou além do esperado e abandonou o compromisso de não subir juros, chamado de “forward guidance”.

O país convive com o agravamento da pandemia, que deve impactar a atividade econômica. Ao mesmo tempo, o brasileiro vê seu poder de compra ser corroído pela inflação.

Mesmo com resposta mais agressiva que a esperada pelo mercado à inflação, a autoridade monetária repetiu a avaliação de que o choque de preços é temporário.

“Apesar de a pressão inflacionária de curto prazo se revelar mais forte e persistente que o esperado, o comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue atento à sua evolução”, diz.

Segundo o relatório Focus desta semana, no qual o BC divulga as projeções do mercado, os economistas subiram

mais as expectativas de inflação para 2021, que ficaram em 4,66%. A previsão está acima do centro da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 3,75%, com tolerância 1,5 ponto percentual. Há um mês, a estimativa era de 3,62%.

Segundo o levantamento, o mercado espera que a Selic termine em 4,50%, com nova alta de 0,5 ponto em maio.

O BC também subiu as expectativas de inflação. Na análise feita com a taxa de juros da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de US\$ 570, as projeções são de 5,0% para 2021 e 3,5% para 2022.

O cenário supõe que a Selic se eleve para 4,50% ao ano em 2021 e para 5,50% ao ano em 2022. As expectativas para a inflação de preços administrados são de 0,5% para 2021

e 4,4% para 2022.

Em fevereiro, o IPCA, considerando o índice de inflação oficial, ficou em 5,20% no acumulado dos 12 meses, perto do teto da meta, pressionado principalmente por alimentos e combustíveis.

Na avaliação do BC, permanecem fatores de risco para a inflação em ambas as direções — a baixa atividade com o agravamento da pandemia pode segurar os preços e o desequilíbrio fiscal pode puxá-los para cima.

“Por um lado, o agravamento da pandemia pode atrasar o processo de recuperação econômica, produzindo trajetória de inflação abaixo do esperado. Por outro lado, um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piora trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco”, explica.

Para o Copom, porém, o risco fiscal é mais acentuado.

“O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria alta no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária”, diz o texto.

No cenário externo, na avaliação do BC, novos estímulos fiscais em países desenvolvidos, unidos ao avanço da implementação dos programas de vacinação contra a Covid-19, devem promover uma retomada mais robusta da atividade ao longo do ano.

José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, disse que a decisão foi surpreendente e equivocada. “Não é um exagero. Foi errado”, afirmou.

Ele diz que o texto sobre a decisão destoou da realidade observada no cenário econômico, com avanço da pandemia e perspectiva de novas

medidas de distanciamento.

“Não consigo concordar com quase nada do que está escrito [no comunicado]”, afirmou. “A ênfase dada à recuperação da atividade econômica é surpreendente, e considero extremamente complicada a omissão dos evidentes efeitos do fim do auxílio”, disse.

Para ele, a decisão compromete a retomada da atividade econômica. “A recuperação já esteve em xeque mesmo com a Selic a 2%, e esse movimento piora as possibilidades”, disse.

O eventual aumento de 0,75 ponto na próxima reunião do Copom não teria respaldo, em sua visão. “O ritmo com que se pretende fazer isso e o argumento ligado à atividade realmente não batem”, disse.

Gustavo Bertoni, economista-chefe da Messner Investimentos, diz que a elevação foi mais forte que o necessário. “Acho que a atividade econômica está comprometida, sim, e ficaríamos na casa dos 0,5 [ponto percentual], que seria o adequado diante do cenário que vemos neste trimestre”.

“Estamos num país com queda na atividade econômica muito forte, com aumento nos lockdowns e restrições. Sem contar a desorganização no plano de vacinação. Tudo isso pesa, a gente não tem uma expectativa [de forte crescimento] diante de toda a queda da atividade econômica e agora com o agravamento da crise do coronavírus. Esse é um ponto que preocupo”, afirma.

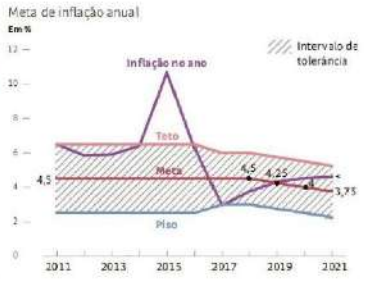
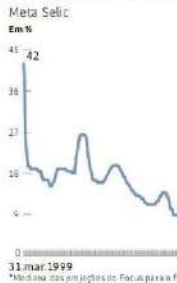
Ele destaca ainda que o Copom mostrou uma postura diferente do observado na reunião anterior — mais preocupado com a inflação e o cenário fiscal.

“Ele [Copom] coloca uma frastração em relação à continuidade da agenda reformista e o quanto isso eleva os prêmios de risco. Por isso, vem destacando a cada ato a preocupação com as reformas e com essa agenda fiscal, que vem perdendo força”, afirmou.

Eduardo Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, afirma que o Copom minimizou no comunicado o reconhecimento da pandemia e o aumento do distanciamento social. “Ou seja, mesmo se piorar, o BC irá elevar os juros”.

Leia mais nas págs. A15 e A16

Copom eleva a taxa básica de juros



Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Renda fixa paga mais com alta da Selic, mas analistas recomendam diversificar **Impacto:** Neutro

Projeção para a rentabilidade média dos produtos de renda fixa com a Selic a 2,75%

Rendimento anual, em %

	Bruto	Líquido	Real (considerando a projeção de 4,6% de inflação em 2021)
Poupança nova*	1,93	1,93	-2,56
Poupança antiga*	6,16	6,16	1,49
Tesouro Selic	2,65	2,12	-2,37
CDB de banco médio	3,45	2,76	-1,76
CDB de banco grande	2,12	1,70	-2,78
LC	3,71	2,97	-1,56
LCA*	2,60	2,60	-1,91
LCI*	2,70	2,70	-1,82
RDB (recibo de depósito bancário)	3,60	2,88	-1,64
Debênture Incentivada*	4,00	4,00	-0,57

*Investimentos isentos de Imposto de Renda
Fonte: Yuub

Renda fixa paga mais com alta da Selic, mas analistas recomendam diversificar

Investidores devem considerar que, caso projeções de inflação se concretizem, juros reais devem ficar negativos em 2021

Júlia Moura

SÃO PAULO Com a Selic subindo de 2% para 2,75%, a renda fixa irá render um pouco mais. Especialistas, porém, apontam que a taxa básica de juros não deve ser o único fator a considerar na hora de tomar decisões de investimento.

É preciso considerar o atual contexto de pandemia no auge e risco fiscal, além de uma inflação crescente.

Proteção contra a inflação

A previsão do mercado é que o IPCA, a inflação oficial do país, suba 4,60% em 2021 e que a Selic termine o ano a 4,50%.

Ou seja, caso as expectativas se concretizem, o juro real em 2021 será negativo, pois fica abaixo da inflação. Dessa forma, investimentos em renda fixa devem considerar o longo prazo.

Para preservar o poder de compra das economias, especialistas recomendam o investimento em produtos que têm o ganho atrelado à inflação, como o título do Tesouro IPCA+.

Renda fixa

Títulos pós-fixados e atrelados a Selic ficam mais vantajosos com a alta nos juros.

Fundos de renda fixa que tenham debêntures na composição também são uma alter-

nativa. Por serem mais arriscados, têm um retorno maior.

Outra opção são os CDBs de boa avaliação de crédito com prazo de vencimento de dois anos, que podem ser encontrados com uma rentabilidade de 135% do CDL.

Poupança

Com a Selic em 2,75% ao ano, a poupança nova tem rendimento anual de 1,93%. O valor segue a regra de remuneração para depósitos a partir de maio de 2012, que é 70% da Selic mais TR (taxa referencial), hoje zero. Já a poupança antiga rende 6,17% ao ano mais TR.

Segundo cálculos da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade), fundos de renda fixa vão ter um rendimento superior à poupança nova apenas quando taxas de administração forem inferiores a 1% ao ano pela tributação do imposto de renda sobre os rendimentos.

Ações

Além da renda fixa, ações de bancos e seguradoras também podem se beneficiar de juros mais altos. Por outro lado, empresas de varejo e construção civil podem ter queda no faturamento. Companhias com uma dívida elevada também podem ser impactadas negativamente por uma Selic maior.

PERFIL DE INVESTIDOR

CONSERVADOR

Preza estabilidade. Quer saber o rendimento ao fim do mês, sem arriscar perder dinheiro

MODERADO

Aceita mais oscilações no investimentos, especialmente a longo prazo, mas também preza a garantia do retorno

ARROJADO

Está mais disposto a correr risco em nome do retorno maior. Tem mais tranquilidade para lidar com oscilações

AGRESSIVO

Não tem medo de perder em algumas aplicações para ganhar em outras

Empresas ligadas a commodities, bancos e empresas que são mais impactadas pela pandemia, como shoppings e companhias de turismo, são vistas como boas oportunidades por especialistas, por serem setores mais favorecidos por uma recuperação econômica.

A escolha a dedo de ações por quem não tem formação profissional, porém, não é indicada. Para deixar o aporte em ações na mão dos especialistas, o investidor também pode comprar cotas de fundos de ações ou multimercados de gestão ativa. O portfólio destes fundos está em constante mudança, de modo a ampliar os ganhos dos cotistas.

Os analistas dizem, porém, que o desempenho da economia, e consequentemente a valorização das empresas, vai depender da velocidade da vacinação no Brasil que, por enquanto, anda a passos lentos.

Exterior

Especialistas também recomendam a presença de ativos ligados a outras economias na carteira para fugir do chamado "risco Brasil", como dólar, euro e ações no exterior, via BDRs (recibo depositário de ações, na sigla em inglês) ou ETFs (fundo de índice). O ouro também é apontado como ativo de segurança.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Congresso aprova projeto que libera gastos que estavam sob risco **Impacto:** Neutro

Congresso aprova projeto que libera gastos que estavam sob risco

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (17) um projeto de lei que, na prática, libera gastos do governo que estavam em risco em razão da não aprovação do Orçamento deste ano.

Conforme mostrou a Folha em janeiro, a paralisação do Congresso, que não votou o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2021, colocou em risco a remuneração de militares das Forças Armadas e repasses a estados para custear a educação básica. As verbas disponíveis em algumas áreas eram suficientes para pagamentos só até março.

Entre as iniciativas condicionadas à aprovação das contas deste ano, estão o pagamento de parte dos salários de servidores e de aposentadorias. Pela regra, esses gastos só poderiam ser feitos após o Congresso liberar o governo a descumprir a chamada regra de ouro das contas públicas, aval que

só poderia ser concedido após aprovação do Orçamento.

A regra de ouro impede o endividamento público para pagamento de despesas correntes (como salários, aposentadorias), exceto caso haja liberação por parte dos parlamentares. Com a insuficiência de recursos, boa parte dessas despesas nos últimos anos tem sido paga com endividamento.

A proposta de Orçamento de 2021 foi enviada pelo governo ao Congresso em setembro e até hoje não foi votada.

Por causa da falta de aval, a folha de pagamento de alguns ministérios poderia ficar atrasada já entre março e abril. Também estão entre as despesas condicionadas precatórios e serviços públicos essenciais.

O texto do projeto aprovado insere na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 uma autorização para que as medidas condicionadas ao aval da regra de ouro sejam executadas antes da aprovação do Orçamento "mediante a

substituição das operações de crédito por outras fontes de recursos".

O Ministério da Economia pretende substituir as atuais fontes de financiamento das medidas, hoje endividamento, por outras como o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2020.

Dessa forma, a aprovação da proposta permitirá que as programações que tiverem a fonte de recursos substituída sejam executadas.

"A medida dará flexibilidade para a União fazer ajustes nas programações orçamentárias na fase de execução provisória, até que o Congresso aprove o Orçamento definitivo de 2021", informou o Ministério da Economia na segunda (15).

Na sessão conjunta do Congresso, deputados e senadores retomaram dispositivo de uma lei complementar que proíbe o contingenciamento de recursos provenientes de fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Além disso, derrubaram veto a dispositivo sobre importação de energia elétrica.

Também rejeitaram vetos ao uso do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) para expansão, uso e melhoria das redes e serviços de telecomunicações em áreas rurais e urbanas com baixo IDH e universalização do acesso à internet de banda larga para escolas públicas.

Bolsonaro prorroga regras para cancelar eventos na pandemia

Bernardo Caram e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou uma MP (medida provisória) que prorroga regras especiais para o cancelamento de serviços e reservas de eventos, inclusive espetáculos e shows,

durante a crise da Covid-19.

A MP reedita itens de uma lei do ano passado que valia para eventos adiados ou cancelados até o final de dezembro de 2020. De acordo com o Palácio do Planalto, a nova MP se aplica para serviços adiados ou cancelados até o final de 2021. A MP deve ser publicada no Diário Oficial da União desta quinta (18).

A norma editada no ano passado, e agora prolongada, prevê que, em caso de cancelamento, as empresas promotoras desses eventos não serão obrigadas a reembolsar os valores pagos pelo consumidor desde que garantam a remarcação das reservas ou a disponibilização de créditos para a compra de outros serviços.

As operações de remarcação ou de compra via crédito não podem ter custo adicional ou taxa para os clientes.

Quando não houver possibilidade de remarcação do evento, os prestadores de serviço terão que restituir os valores. O prazo para que o consumi-

dor utilize os créditos, para a remarcação dos eventos ou restituição de valores passa a ser 31 de dezembro de 2022.

"Em relação a artistas, palestrantes e outros profissionais contratados até 31 de dezembro de 2021 que forem impactados por adiamentos ou por cancelamentos de eventos em decorrência da pandemia da Covid-19, eles estão dispensados de reembolsar imediatamente os valores ao consumidor, desde que o evento seja remarcado para até 31 de dezembro de 2022", diz a nota.

Também estava prevista para esta quarta (17) a entrega da MP do pagamento do novo auxílio emergencial. A previsão é que o benefício comece a ser pago em abril. Os valores serão menores do que os desembolsados no ano passado.

Interlocutores disseram à Folha que o Ministério da Economia pediu para reavaliar trechos da redação. Bolsonaro pretende ir pessoalmente ao Congresso encaminhar a recriação do auxílio.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Estimulado por Bolsonaro, Congresso derruba veto e perdoa dívida de igrejas **Impacto:** Neutro



O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), conduz sessão de análise de vetos presidenciais nesta quarta (17) Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Estimulado por Bolsonaro, Congresso derruba veto e perdoa dívida de igrejas

Total de débitos de entidades é de R\$ 1 bi só na Receita; anistia é criticada pela equipe econômica

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA Com o respaldo de Jair Bolsonaro, o Congresso derrubou nesta quarta (17) os vetos presidenciais ao dispositivo que concede anistia em tributos devidos por igrejas, que têm mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas com a União.

Na Câmara, os vetos foram votados em bloco e rejeitados com outros dispositivos que faziam parte de um acordo, como itens do pacote anticrime, da lei de falências e da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Ao todo, 439 deputados votaram pela derrubada do veto. No Senado, a votação também foi em bloco, com o veto sendo derrubado por 73 votos —eram necessários 41. O perdão às dívidas de igrejas é criticado pela equipe econômica, que destaca o impacto fiscal da medida. Conforme já mostrou a Folha, somente na Receita Federal o total de débitos pendentes de entidades religiosas é de aproximadamente R\$ 1 bilhão, de acordo com informação colhida pelos auditores a pedido do Congresso em meados de 2020.

Bolsonaro afirmou na ocasião que era obrigado a vetar o perdão para as igrejas, alegando que poderia passar por

processo de impeachment, por desrespeito à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e também a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, pediu ao Congresso que derrubasse o veto.

Na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), havia na mesma época outros R\$ 462 milhões em dívidas registradas.

A proposta que beneficia entidades religiosas foi criada pelo deputado David Soares (DEM-SP) e inserida em um projeto de lei sobre a resolução de litígios com a União. Ele é filho do pastor R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus (entre as principais devedoras).

O texto altera a lei de 1988 que instituiu a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) para remover templos da lista de pessoas jurídicas consideradas pagadoras do tributo, além de anular autuações que desrespeitem a premissa. A justificativa é que a Constituição dá proteção tributária às igrejas, mas o argumento é contestado.

Em outro trecho, o projeto concede anistia retroativa à cobrança de impostos previdenciários nas remunerações pagas a membros religiosos (como os pastores). A

proposta busca aplicar o entendimento de que os valores não são remunerações.

Na visão de membros do fisco, as igrejas muitas vezes pagam salários a um grande número de pessoas, de empregados a pastores, e classificam os repasses com outros nomes (doações, por exemplo). Como muitas vezes as igrejas têm um grande número de empregados, a União deixa de reconhecer um volume significativo

✦ Vetos derrubados pelo Congresso

- Anistia em tributos devidos por igrejas, que têm mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas com a União

- Liberação do empenho de recursos do governo federal para obras que ainda não receberam licença ambiental ou não têm projeto de engenharia concluído

- Regime especial de tributação para as empresas que vão construir unidades habitacionais no âmbito do Programa Casa Verde Amarela, no valor de até R\$ 124 mil

de recursos em Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.

Nem todas as igrejas seguem a prática. Auditores dizem que há casos em que os empregados e pastores são registrados conforme rege a lei, inclusive sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O dispositivo foi inserido em setembro na Câmara no projeto que regulamentava o pagamento de precatórios e mantido pelo Senado, mas vetado por Bolsonaro. Na ocasião, o presidente afirmou que, se fosse deputado ou senador, votaria pela derrubada do veto.

Na tentativa de manter o veto, o Ministério da Economia tentou argumentar que poderia apresentar uma proposta para futura avaliação desse tema pelo Congresso.

"O veto não impede a manutenção de diálogos, esforços e a apresentação de instrumentos normativos que serão em breve propostos pelo Executivo com o intuito de viabilizar a justa demanda", informou na justificativa do veto.

Também foram derrubados vetos a dispositivos da nova Lei de Falências. Entre os trechos que terão a validade mantida, alguns provocarão perda de receitas para a União, sem indicar uma fonte de

compensação.

Há, por exemplo, o artigo que amplia as compensações tributárias que podem ser feitas por empresas em recuperação judicial ou falência decretada. Outro trecho mantido define que receitas obtidas pela companhia em processo de recuperação não será usada para calcular a cobrança de PIS/Cofins.

Os parlamentares ainda rejeitaram vetos a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, que fornece a base para a elaboração do Orçamento. Um dos dispositivos deve ampliar o volume de recursos indicados pelos parlamentares para aplicação em obras nas suas bases eleitorais.

O artigo cria marcadores de despesas para emendas indicadas por comissões temáticas e pelo relator do Orçamento. Ao vetar o dispositivo, o governo argumentou que a medida aumenta a rigidez do Orçamento e contraria a Constituição.

Outro dispositivo que teve veto derrubado libera o empenho de recursos do governo federal para obras que ainda não receberam licença ambiental ou não têm projeto de engenharia concluído.

O Congresso também derrubou um dos vetos presiden-

ciais ao Programa Casa Verde Amarela, que substituiu o Minha Casa Minha Vida. Com isso, volta a vigorar um regime especial de tributação para as empresas que vão construir unidades habitacionais no âmbito do programa no valor de até R\$ 124 mil.

De acordo com esse dispositivo, essas construtoras ficam autorizadas a pagar de maneira unificada os tributos equivalentes a 4% da receita mensal auferida pelo contrato de construção.

Em uma vitória do governo, o Congresso manteve os vetos de Bolsonaro referentes ao novo marco do saneamento.

Enquanto a maior parte dos vetos foi votada em bloco, a legislação referente à nova legislação do saneamento foi uma das que precisaram ser votadas em separado na Câmara, em decorrência da falta de acordo entre os líderes.

A resistência maior ao veto estava no Senado, mas a votação naquela Casa só aconteceria em caso de derrubada na Câmara, o que não aconteceu. O veto foi mantido pelos deputados por 292 votos, ante 169 e uma abstenção. Eram necessários 257 votos para a sua derrubada.

O principal dispositivo em discussão era o polêmico artigo 16. A manutenção do veto elimina a possibilidade de renovação dos atuais contratos celebrados entre municípios e estados com as empresas estaduais de água e saneamento.

O projeto de lei aprovado no Congresso abria a possibilidade de renegociação e renovação desses contratos por um período de 30 anos, desde que isso fosse feito até 2022. Serviços prestados hoje sem contrato poderiam ser regularizados.

O dispositivo foi duramente criticado pela equipe econômica, que argumentava que iria atrasar em muitos anos a entrada da iniciativa privada nesse mercado.

A oposição tentou retirar o veto ao marco do saneamento da pauta, sem sucesso.

"Aqui as empresas de saneamento são extintas, porque se extinguem os contratos de programas. E o que o art. 16 prevê é a possibilidade de dois anos para a renovação desses contratos. Tirando esses dois anos, não há mais chance de contrato de programa. As empresas públicas não vão mais poder fazer a prestação dos municípios", afirmou o deputado Afonso Florence (PT-BA).

"Vai cair o valor das empresas, porque o que elas têm de ativo é isso. A abertura de capital e a venda de ação depreciam. Isso é um crime de lesa-humanidade contra o povo brasileiro", completou.

O novo marco do saneamento foi aprovado no Congresso em junho do ano passado, com o objetivo de universalizar o saneamento básico no país até 2033.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** SP – **Imagem:** ½
Título: Para 56%, Bolsonaro é incapaz de liderar o país, diz pesquisa do Datafolha **Impacto:** Neutro

Para 56%, Bolsonaro é incapaz de liderar o país, diz pesquisa do Datafolha

No momento mais grave da pandemia no Brasil, presidente enfrenta alta de rejeição ao governo e à ação no combate à crise

Igor Gielow

SÃO PAULO Em meio ao momento mais agudo da pandemia da Covid-19 no Brasil, cresceu para 56% o número de brasileiros que consideram o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) incapaz de liderar o país.

Foi o que aferiu o Datafolha em pesquisa realizada nos dias 15 e 16 de março, na qual foram ouvidas 2.023 pessoas por telefone em todo o país. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais, para mais ou menos.

Em 21 e 22 de janeiro, 50% dos entrevistados haviam dado essa resposta.

O número dos que consideram Bolsonaro capaz de liderar foi de 46% para 42%, oscilação negativa no limite da margem de erro, de lá para cá. Não souberam responder 3%, ante 4% no começo do ano.

O Brasil conta 280 mil mortos e uma taxa de infecção acelerada, impacto das novas variantes mais transmissíveis do Sars-CoV-2, que pressiona os limites do sistema de saúde.

A campanha de vacinação ainda engatinha, com menos de 5% da população tendo recebido ao menos uma dose de imunizante.

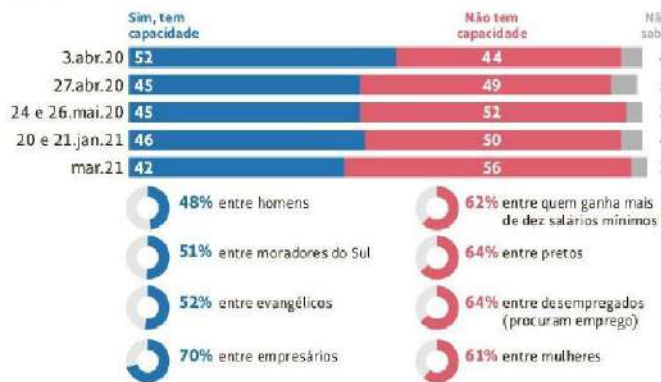
Bolsonaro trabalhou o quanto pôde contra a aquisição de diversas vacinas pelo governo federal, com especial rejeição à marca hoje predominante no Brasil, a chinesa Coronavac.

O motivo era sua insistência em tratamentos sem comprovação, como o uso da hidroxicloroquina, e a birra política com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), no caso da Coronavac.

O tucano, seu rival, apostou no imunizante e fez um contrato para que o Instituto Butantan ajudasse a testá-lo e pudesse produzi-lo.

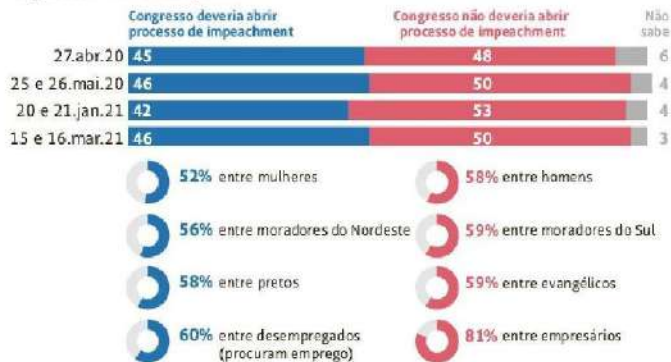
56% dizem que Bolsonaro não tem condição de liderar o país

Resposta estimulada e única, em %



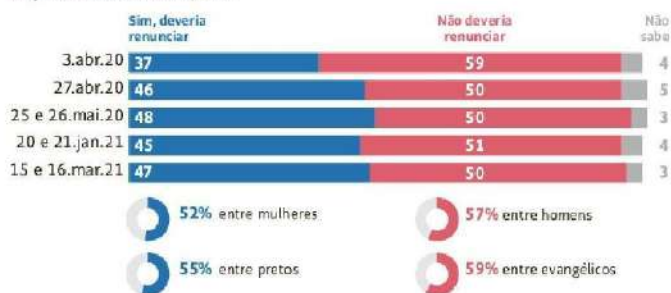
50% são contra impeachment e 46%, a favor

Resposta estimulada e única, em %



50% dizem que Bolsonaro não deveria renunciar

Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada por telefone em 15 e 16 de março, com 2.023 brasileiros adultos que possuem telefone celular em todas as regiões e estados do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** SP – **Imagem:** 2/2
Título: Para 56%, Bolsonaro é incapaz de liderar o país, diz pesquisa do Datafolha

No campo econômico, a ameaça inflacionária incipiente, a alta persistente do dólar e a demora na retomada de algum auxílio emergencial após a extinção do benefício no fim de 2020 trazem mais dificuldades para o Palácio do Planalto.

Nesse cenário, o Datafolha apontou Bolsonaro sendo mal avaliado. Seu manejo da pandemia é visto como ruim ou péssimo por 54%, e 43% o culpam pelo estágio atual da crise sanitária.

Nesta semana o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, está passando o cargo para o médico Marcelo Queiroga. É o quarto titular da pasta no governo.

Isso puxou a rejeição geral a seu governo para os maiores índices desde que Bolsonaro assumiu, em 2019. Segundo o Datafolha, 44% dos brasileiros consideram o presidente ruim ou péssimo.

Quando a pandemia começou, Bolsonaro era mais bem visto. Em abril de 2020, era tido como capaz de liderar o país por 52%, ante 42% que o julgavam incapaz. A curva foi invertida nos levantamentos seguintes, mas se manteve estável até a subida registrada agora.

Entre os que consideram o presidente mais incapaz estão aqueles mais ricos, que ganham acima de 12 salários mínimos (62%), assim como quem tem curso superior (também 62%).

Já os moradores do Nordeste, região que retomou sua tradição de oposição mais incisiva a Bolsonaro desde a virada do ano, somam 63% dos críticos.

Acreditam mais que o presidente tem condições de liderança grupos usualmente mais bolsonaristas: moradores do Sul (51% acham que ele é capaz) e do Norte/Centro-Oeste (49%), além de evangélicos (52%) —um nicho influente, que abarca 24% da amostra do Datafolha.

Na mesma pesquisa, o índice de ótimo e bom atribuído ao desempenho do presidente no combate à crise caiu ao menor índice da série histórica, 22%.

Já os que aprovam seu governo no geral se mantiveram no proverbial um terço do eleitorado que consta de toda a análise política do bolsonarismo até aqui, 30%.

O número chama a atenção pela resistência como piso, embora cruzamentos mostrem que o bolsonarismo raiz se encontra em torno de 15% do eleitorado.

As dificuldades renovadas agora mesuram reações no dique da popularidade do presidente definitivamente associadas à sua condução da pandemia.

50% são contra o impeachment, e 46% se dizem a favor

Pesquisa do Datafolha aponta que 50% da população não quer que o Congresso abra um processo de impeachment contra Jair Bolsonaro (sem partido), enquanto 46% se dizem favoráveis à medida em meio à deterioração da pandemia no país.

O instituto ouviu 2.093 pessoas em 15 e 16 de março, por telefone. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou menos.

A piora da crise sanitária, com seus efeitos econômicos, afetou diretamente a popularidade de Bolsonaro desde o começo deste ano.

Segundo o Datafolha, tanto a rejeição ao presidente no geral quanto no seu manejo da pandemia estão em níveis recordes: 44% e 54%, respectivamente.

Pesam contra ele a demora no processo de vacinação e na retomada de algum tipo de auxílio emergencial, além da escalada de casos e falta de leitos para tratar doentes com Covid-19 no país.

A piora se refletiu em oscilações registradas nos índices de quem quer o impedimento.

Narodada anterior da pesquisa, em 20 e 21 de janeiro, 42% queriam o impeachment e 53% não. No caso do apoio à medida, a mudança ocorreu no limite da margem de erro.

As taxas agora são semelhantes àquelas registradas quando o Datafolha perguntou se o entrevistado gostaria que Bolsonaro renunciasse: 50% disseram não, e 47%, sim. Aqui, houve menor variação ante a rodada anterior, quando os índices eram de 54% e 45%, de forma respectiva.

O impeachment vem sendo trombetaado por setores da oposição desde o ano passado, mas por ora não há condições políticas objetivas para sua realização.

Bolsonaro apoiou os dois vencedores das eleições para a chefia do Congresso Nacional, realizadas no começo de fevereiro.

Para qualquer pedido de impeachment ser analisado no Parlamento, é preciso que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o aceite.

Lira faz parte do centrão, grupo que tem ampliado seu espaço no governo com cargos e verbas, mas que não

ficou satisfeito com a nova mudança de ministro da Saúde.

Presidente da Câmara inclusive havia apoiado o nome de Ludmila Hajjar, que foi descartado pelo presidente em favor do também cardiologista Marcelo Queiroga, de coloração mais bolsonarista.

O general Eduardo Pazuello, à frente da gestão desaprovada por 39% dos brasileiros na pasta, voltará para o Exército.

Além disso, a receita aplicada nos dois impeachments desde a redemocratização inclui uma perda acentuada de apoio popular e poli-

tico, crise econômica e gente na rua, além de fatos determinados.

Bolsonaro segue com 30% de apoio a seu governo, a pandemia coíbe aglomerações e a economia ainda respira, apesar de sinais preocupantes.

Por outro lado, a mesma pesquisa do Datafolha mostrou 43% de apoio à noção de que Bolsonaro é responsável pelo estágio atual da crise, o que chamou atenção de observadores.

De toda forma, o tema vem sendo discutido mesmo entre aliados do presidente.

O tese do impeachment tem maior apoio entre mu-

lheres (58%), quem ganha entre 5 e 10 salários mínimos (57%), de 2 a 5 salários (56%) e nordestinos (56%).

A maior rejeição à ideia vem do bastião bolsonarista do Sul (59% contra o impeachment) e de evangélicos (59%).

Já a renúncia é defendida mais igualmente por nordestinos (53%) e mulheres (52%), encontrando apoio maior entre negros (55%) e igualmente entre pessoas mais ricas e instruídas (54% nos dois grupos).

Evangélicos (59%) e súditas (57%) repetem a avaliação contrária ao pedido de renúncia.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** ½
Título: Ministério da Economia eleva a 4,4% projeção do IPCA para este ano **Impacto:** Neutro

Ministério da Economia eleva a 4,4% projeção do IPCA para este ano

Pasta cita pressão dos preços de alimentos, também apontada pelo BC para elevar juros. Previsão para PIB se mantém em 3,2%

+1 FERNANDA TRISOTTO fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O Ministério da Economia revisou para cima a projeção de inflação para 2021 e, apesar das incertezas com a pandemia, manteve em 3,2% a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A previsão é de que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado na



Meta. As recentes altas nos preços dos alimentos vêm pressionando o IPCA

meta oficial, feche em 4,4%. No ano passado, a previsão era de 2,94%.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Ministério da Economia eleva a 4,4% projeção do IPCA para este ano

do em dados do primeiro bimestre, mas reconheceu que há incertezas relacionadas ao agravamento da pandemia.

A estimativa acompanha tendência do mercado. A última edição do Boletim Focus, do BC, mostrou que o mercado espera um crescimento de 3,23% do PIB neste ano. Há quatro semanas, a aposta era de avanço de 3,46%.

Com alta no número de casos e mortes por Covid, muitos estados e cidades acabaram decretando medidas de restrição de circulação, que terão impacto na atividade econômica ainda no primeiro trimestre.

Segundo o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, a decisão de manter a projeção do PIB em 3,2% se deu após avaliação de um conjunto de fatores, que inclui o recrudescimen-

to da pandemia.

Do lado positivo, ele citou o chamado carregamento estatístico, fruto de um segundo semestre de 2020 de forte recuperação; o cenário internacional e taxa de juros favoráveis; aumento da taxa de poupança em 2020; o mercado robusto de crédito; e o ajuste no mercado de trabalho ter sido para os informais, com preservação das vagas com carteira assinada.

Na outra ponta, foram apontados o agravamento da pandemia e os efeitos negativos na economia das medidas de restrição. No balanço, avaliou-se que seria mais prudente manter a projeção atual.

— Sem sombra de dúvida, hoje a vacinação é a melhor política econômica do governo — disse Sachsida.

Apressão dos preços foi um dos motivos citados pelo Banco Central o elevar ontem taxa básica de juros (Selic) de 2% para 2,75% ao ano.

“O principal responsável pela elevação da projeção foi o preço dos alimentos. Todavia, as expectativas a partir de 2022 apontam convergência da inflação para o centro da meta”, afirma o Boletim Macro Fiscal, divulgado ontem.

Anova previsão de inflação está acima da meta estipulada para o ano, de 3,75%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância, de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

AGRAVAMENTO DA PANDEMIA

Já em relação ao PIB, o governo manteve a projeção do ano passado basea-

Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda, destacou que a manutenção da projeção revela conservadorismo e cautela.



Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** ½
Título: Eletrônicos terão tarifa de importação 10% menor **Impacto:** Neutro

Eletrônicos terão tarifa de importação 10% menor

Além de celulares e computadores, medida do governo vai reduzir o imposto sobre máquinas e equipamentos. A longo prazo, preços ao consumidor podem ter queda de até 5%. Produtores nacionais reclamam da decisão

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo anunciou ontem que vai reduzir em 10% o imposto de importação sobre produtos como celulares, computadores e máquinas usadas em indústrias, conhecidas como bens de capital. A medida, que deve entrar em vigor na semana que vem, tem o objetivo de baratear a compra de equipamentos usados pelo setor produtivo e também diminuir o preço de itens importados, comprados pelos consumidores comuns.

A redução tarifária foi aprovada ontem, em reunião do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex). A decisão envolve 1.495 produtos cuja diminuição de imposto não depende de negociação com os demais parceiros do Mercosul. Hoje, as alíquotas variam de zero a 16%.

Com a redução aprovada, uma máquina que hoje paga 10% de imposto, por

exemplo, passará a pagar 9%. Já um eletrônico que paga 16% de imposto, passará a pagar 14,4%. Adicionalmente, todas as alíquotas de 2% serão reduzidas para zero, diminuindo a burocracia e facilitando a vida de importadores e consumidores.

O secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz, disse que, a longo prazo, a redução dos preços desses produtos ao consumidor final será de 2% a 5%.

— A medida vai tornar os preços mais baratos, mas o impacto primário será na indústria de transformação—destacou o secretário, acrescentando que a medida deve resultar em uma queda de arrecadação de R\$ 250 milhões por ano.

O rebaixamento das tarifas surpreendeu os produtores nacionais, que reprovaram a medida. José Velloso, pre-

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Eletrônicos terão tarifa de importação 10% menor

sidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), disse que o setor não foi consultado. O assunto deve ser discutido, na sexta-feira, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião com representantes da Coalizão Empresarial.

—Na última vez que nos reunimos com o secretário Roberto Fendt (de Assuntos Internacionais), ele garantiu que o governo não reduziria tarifas de importação sem incluir os insumos que compramos —afirmou Velloso.

Segundo ele, os setores atingidos —bens de capital, de informática e de telecomunicações — reúnem 30 mil empresas e geram 1,1 milhão de empregos diretos:

— Somos responsáveis por 15,9% da folha de pagamento da indústria. Mas

não conseguimos repassar aos preços a inflação de 75% em nossas matérias-primas nos últimos 12 meses.

Fendt explicou que não serão eleitos setores para ter as tarifas reduzidas. O objetivo é atingir todos os produtos:

— Não vamos repetir os erros do passado.

Para o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), a medida vai inviabilizar a indústria nacional:

—Estamos em meio a uma pandemia e estabelecendo uma política de concorrência absolutamente injusta do Brasil com o mercado internacional. Vamos virar um país exportador de tributos, porque a gente tributa nossa exportação e reduz a tributação sobre a importação, e um país exportador de emprego, porque vamos inviabilizar a indús-

tria nacional e transferir empregos dos brasileiros para a China.



Modo Répl...



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei



Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Bolsonaro prorroga regra para cancelamento de eventos **Impacto:** Neutro

Bolsonaro prorroga regras para cancelamento de eventos

Segundo a medida, empresas podem remarcar ou disponibilizar créditos para compensar ingressos, serviços e reservas de hotéis

JULIA LINDNER | julia.lindner@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem uma medida provisória (MP) que prorroga as regras para cancelamento e adiamento de serviços, reservas e eventos nos setores de turismo e cultura durante a pandemia da

Covid-19. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, a MP deve ser publicada no Diário Oficial da União (DOU) de hoje. O texto reedita itens de uma lei do ano passado que perdeu a vali-

dade no fim de 2020.

De acordo com a medida, as companhias responsáveis não precisam reembolsar os consumidores em caso de cancelamento de eventos — como shows, sessões de cinema e peças de teatro — e de reservas de hotéis que ocorram até dezembro de 2021. As empresas de cultura e turismo poderão remarcar, disponibilizar créditos ou fazer outro tipo de acordo com os

clientes. A utilização dos créditos ou remarcação deve ocorrer até 31 de dezembro do ano que vem.

Essas operações terão que ser realizadas sem custo adicional, como taxa ou multa, desde que a solicitação seja feita no prazo de 90 dias.

Os créditos adquiridos pelo consumidor antes da edição da medida provisória também poderão ser utilizados até o dia 31 de dezembro de 2022.

ATUALIZAÇÃO PELA INFLAÇÃO

De acordo com o texto anterior, que está sendo prorrogado, “na hipótese de impossibilidade de ajuste”, a empresa deverá restituir o valor, com atualização pela inflação, no prazo de um ano.

O Ministério do Turismo destacou que

a medida provisória “concretiza, diante do grave cenário enfrentado pelos setores de turismo e cultura, modificações convenientes e oportunas na Lei nº 14.046, de 2020, prezando pela saúde das empresas dos setores em questão e mantendo os mecanismos de defesa do consumidor constantes da lei alterada, tendo em vista que as prorrogações pretendidas continuam a beneficiar o consumidor”.



Modo Réplica



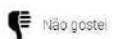
Salvar



Mais



Gostei



Não gostei

Clippings

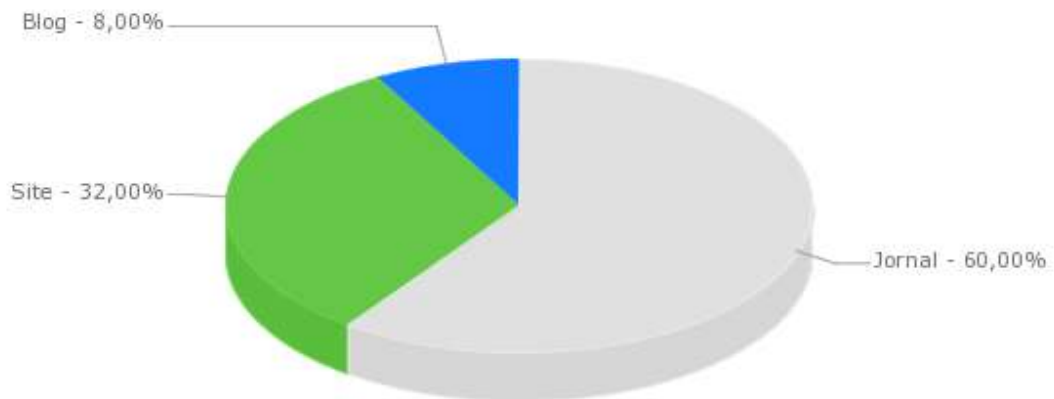
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
17/03/21	Blog do BG	Blog		RN	Fecomércio critica mudança de postura de Governo e Prefeitura de Natal e diz que empresários só foram comunicados das medidas, sem diálogo	Neutro	Matéria		B			
17/03/21	Papo Cultura	Blog		RN	Inscrições abertas para exposições na Galeria Sesc Natal	Positivo	Matéria		B			
17/03/21	Hilneth Correia	Site			Fecomércio RN passa a emitir declaração de exclusividade	Positivo	Matéria		B			
17/03/21	Potiguar Notícias	Site		RN	Fecomércio e Sebrae levam "SOS Protocolos" ao comércio de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
17/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Com 2.247 vagas abertas, RN tem melhor janeiro em 10 anos	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Pequenos negócios abriram 3.380 vagas formais em janeiro deste ano	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Ficar em casa é bonito para	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
					quem tem seu salário garantido, diz presidente da CDL							
18/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Estado e Prefeitura do Natal assinam decreto mais rígido	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Quem vai pagar a conta do lockdown?	Neutro	Artigo		A			
18/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Galeria Sesc abre inscrições para projetos	Positivo	Matéria		A			
18/03/21	Estadão	Jornal		DF	BC inicia novo ciclo de alta de juros e surpreende ao elevar taxa para 2,75%	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Estadão	Jornal		DF	Caixa Seguridade se reúne com investidores para IPO	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Estadão	Jornal		DF	Especialistas pedem cautela a investidor	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Estadão	Jornal		DF	'Problema da economia não é a taxa de juros, é a falta de vacinas'	Neutro	Entrevista		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minuto	Valor Editorial
18/03/21	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro entre Guedes e Michelle	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Estadão	Jornal		DF	Novo marco do gás pode destravar RS 380 bi em investimentos no País	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Estadão	Jornal		DF	Executivos veem lucro em agenda sustentável	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	BC surpreende, eleva juro em 0,75 ponto e sugere que vai repetir a dose em maio	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Renda fixa paga mais com alta da Selic, mas analistas recomendam diversificar	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Congresso aprova projeto que libera gastos que estavam sob risco	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Estimulado por Bolsonaro, Congresso derruba veto e perdoa dívida de igrejas	Neutro	Matéria		A			

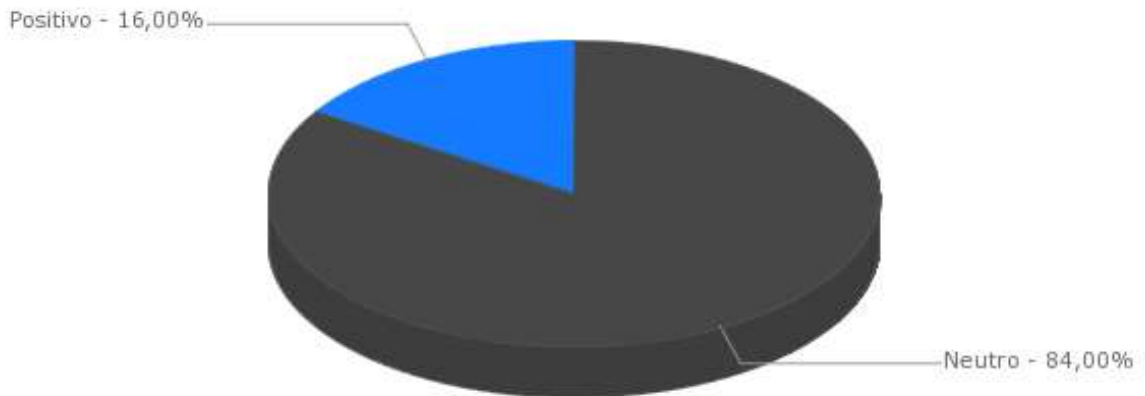
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pgs .	Centim./Minut.	Valor Editori al
18/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Para 56%, Bolsonaro é incapaz de liderar o país, diz pesquisa do Datafolha	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Ministério da Economia eleva a 4,4% projeção do IPCA para este ano	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Eletrônicos terão tarifa de importação 10% menor	Neutro	Matéria		A			
18/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Bolsonaro prorroga regra para cancelamento de eventos	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 25												

Clippings por Tipo de Mídia



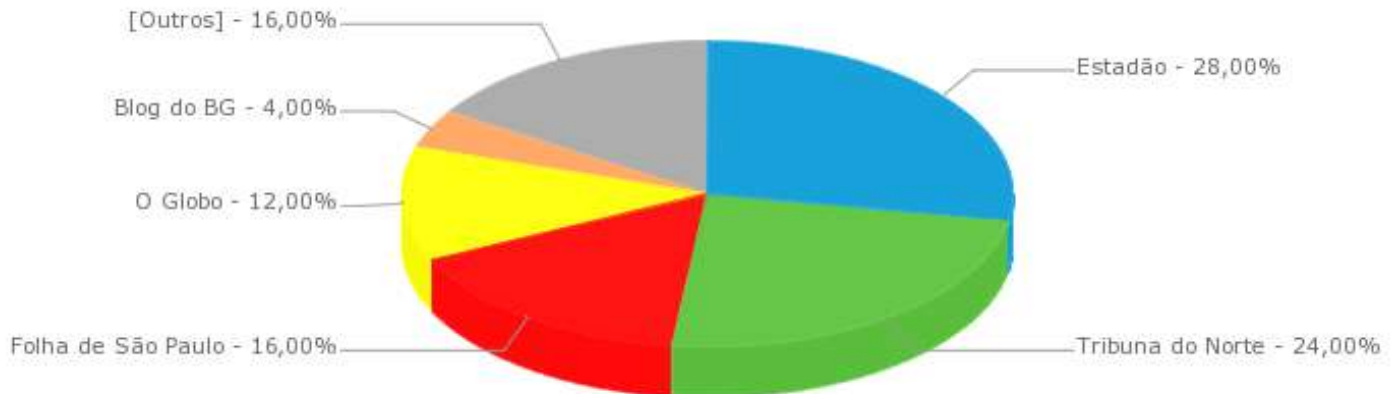
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	15	60,00 %
Site	8	32,00 %
Blog	2	8,00 %
Total: 25		

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	21	84,00 %
Positivo	4	16,00 %
		Total: 25

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	7	28,00 %
Tribuna do Norte	Site	6	24,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	16,00 %
O Globo	Jornal	3	12,00 %
Blog do BG	Blog	1	4,00 %
Hilneth Correia	Site	1	4,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	4,00 %
Potiguar Notícias	Site	1	4,00 %
Papo Cultura	Blog	1	4,00 %
			Total: 25